

Sumário

Número de notícias: 19 | Número de veículos: 14

JORNAL A SEMANA - NOTÍCIAS
ANFIP

Apropriação do dinheiro esquecido Apelar ao "dinheiro esquecido" dos brasileiros expõe buraco econômico de Lula

.....3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

IR: isenção até R\$ 5 mil deve ficar para 2026.....7

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara conclui a votação do PL que estende desoneração.....8

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Taxa das blusinhas" não deve afetar compras.....10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

PGFN prevê reaver mais de R\$ 1 bilhão desviado do FGTS.....12

G1 - NACIONAL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Decisão inevitável : China vai aumentar idade para aposentadoria com envelhecimento da população
.....15

O GLOBO ONLINE - RJ - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Lula deveria acatar mudanças em estudo para o BPC.....17

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

PF prende quadrilha que infiltrava pessoas para espalhar fake news na rua.....18

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Propostas da reforma tributária da renda já estão com Lula, diz Haddad.....19

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setor criará modelo para "split payment".....20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Texto estabelece volta gradual de impostos a partir do próximo ano.....21

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
SAQUE ANIVERSÁRIO

Fim do saque-aniversário do FGTS recebe aval do governo, diz ministro.....23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Desaceleração da China afeta mercado de commodities e Brasil - MERCADO S/A.....25

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

País tem primeira deflação e o Copom deve elevar juros - BRASIL EM FOCO.....	27
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Para economistas, País cresce muito e os juros terão de subir.....	29
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Agro sustentável pode ajudar a combater fome no planeta.....	31
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
União pode gastar até R\$ 62 bilhões com socorro aos Estados.....	34
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
BCE reduz juros e indica que seguirá dependente de dados.....	38
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Fitch vê "mini-ciclo" de aperto monetário com benefícios para BC.....	40

Apropriação do dinheiro esquecido Apelar ao "dinheiro esquecido" dos brasileiros expõe buraco econômico de Lula

Redação

O apelo ao dinheiro esquecido dos brasileiros para compensar a desoneração da folha de pagamento, medida aprovada após negociação entre o Congresso e o Ministério da Fazenda, expõe novamente a dificuldade do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em equilibrar as contas públicas. Na avaliação de especialistas ouvidos pela Gazeta do Povo, além de ser indevida e até mesmo de uma moralidade questionável, essa apropriação dificulta a leitura da real situação fiscal do país para os agentes econômicos.

O PL 1847/2024, que estabelece a reoneração, foi aprovado na noite de quarta-feira (11) e teve a análise das emendas ao texto concluída na manhã desta quinta-feira (12) pelo plenário da Câmara. De acordo com a proposta, os "valores a receber" esquecidos em contas bancárias poderão ser utilizados como compensação pela reoneração gradual da folha e, portanto, serão contabilizados no resultado primário - a diferença entre as receitas e as despesas governamentais ou entre a arrecadação e os gastos do governo.

Ou seja, no fundo, os R\$ 8,6 bilhões que pertencem aos brasileiros e que estão sob a tutela do Banco Central serão incorporados à arrecadação do governo para ajudar a equilibrar o rombo de R\$ 78 bilhões nas contas, registrado entre janeiro e julho deste ano, caso as pessoas que têm direito não façam os pedidos de resgate desses valores.

Além disso, o projeto de lei também prevê o uso de outros dinheiros esquecidos - como precatórios que não tenham sido "resgatados" em dois anos e ainda os depósitos judiciais que não foram levantados - para tapar o buraco do desequilíbrio fiscal da gestão de Lula.

Wanderson Dias Ferreira, auditor fiscal da **Receita Federal** e vice-presidente de Assuntos da **Seguridade Social** da **Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)**, afirma ser favorável à reoneração da folha, mas defende que a medida deve ser tomada por meio de uma legislação

justa e equilibrada.

Segundo ele, a medida é importante para o equilíbrio fiscal e o financiamento da **Previdência Social**. Apesar disso, o auditor avalia que o "malabarismo fiscal" proposto pelo governo e aprovado pelo Congresso com o "dinheiro esquecido" é bastante heterodoxo.

Embora a competência para enfrentamento do assunto seja dos corpos técnicos do Banco Central e da Secretaria do Tesouro Nacional, observa-se que sim, tecnicamente, os recursos esquecidos nas contas bancárias, da ordem de R\$ 8,6 bilhões, não são uma receita do governo e geram dificuldade em sua contabilização, salienta Ferreira.

Na mesma linha, Ranieri Genari, advogado especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET) e membro da Comissão de Direito Tributário da OAB/Ribeirão Preto, afirma que as medidas estipuladas no projeto são legais, todavia, "em que pese sua natureza puramente arrecadatória, denotam por si só uma certa imoralidade da administração pública".

Questionado se não seria mais correto optar pela devolução desses recursos ao invés de utilizá-los para tentar sanar o rombo nas contas públicas, o advogado destacou que o governo teria total condição de buscar os donos desses valores, observando todo o rastreamento digital que a própria **Receita Federal**, Banco Central e demais órgãos governamentais têm à sua disposição. Matéria da Gazeta do Povo explicou o passo a passo para você saber se tem dinheiro esquecido e como fazer o resgate em caso positivo.

No entanto, Genari avalia que se trata de uma barganha feita entre o governo e o Congresso, a fim de manter a desoneração conforme foi aprovada, com a reoneração gradual a partir de 2025. E que o processo de votação no Senado e na Câmara deixou claro que o governo não faria nenhum esforço para apresentar medidas compensatórias.

Oposição ao governo tentou travar votação e deve recorrer à Justiça para barrar uso de "dinheiro

esquecido"

A contenda pelas regras da reoneração foi longa. No fim de 2023, o Congresso vetou a desoneração proposta pelo governo e, depois de diversas idas e vindas com o Ministério da Fazenda, foi aprovado o projeto que prevê a reoneração de forma gradual. No entanto, o texto proposto pelo Congresso não destacava de forma clara quais seriam as medidas de compensação - que devem ser tomadas todas as vezes que o governo renuncia a algum tributo ou receita.

A decisão foi levada ao Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou a última quarta-feira (11) como prazo para que o governo e o Congresso estabelecessem uma proposta de reoneração. Na última hora, para não descumprir o prazo do STF, foi aprovado o texto-base da reoneração, contando com o uso dos valores a receber que estão no Banco Central, entre outras propostas. A oposição chegou a obstruir a pauta, com ação da deputada Bia Kicis (PL-DF), mas não conseguiu impedir a aprovação da medida.

Na manhã desta quinta, a deputada Adriana Ventura (Novo-SP) também tentou barrar a pauta com uma questão de ordem. Segundo ela, a emenda que propõe o uso desses recursos como compensação não seria de redação, pois envolve R\$ 8 bilhões no caso dos bancos e R\$ 12 bilhões no caso dos depósitos judiciais. Para a parlamentar, esses recursos não poderiam ser mexidos.

O deputado José Guimarães (PT-CE), relator do projeto e autor da emenda de redação, no entanto, argumentou que não há prejuízo para os cidadãos. Guimarães também é o líder no governo na Câmara.

Após a aprovação pelo Congresso, o ministro do STF Cristiano Zanin deu três dias ao governo para sancionar a nova lei - até a próxima segunda-feira (16). Caso o ministro não adiasse o prazo, os setores produtivos e os municípios beneficiados pela desoneração teriam que retomar o pagamento dos **impostos** a partir desta quinta-feira (12).

No entanto, a deputada Adriana Ventura afirmou que irá recorrer à Justiça. A reoneração por si só é vergonhosa, pois estão passando por cima de uma decisão do Congresso Nacional [- que havia aprovado a prorrogação até 2027 com derrubada do veto do governo -] e agora estão confiscando dinheiro, tanto o do cidadão brasileiro esquecido nos bancos como de depósitos judiciais, criticou.

Banco Central avisou que não pode contabilizar "dinheiro esquecido"

Na terça-feira (10), dia anterior à votação, o Banco Central enviou uma nota técnica aos parlamentares advertindo sobre a redação do artigo que prevê o uso do "dinheiro esquecido" e que, da forma como estava no texto, não poderia utilizar os recursos nos cálculos do resultado primário.

Vilma Pinto, economista e diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), explica que há duas formas de se contabilizar o resultado primário: pelo cálculo das receitas (tudo que o governo arrecada) e pela ótica da variação da dívida, que é a adotada pelo Banco Central.

No caso do dinheiro esquecido, o texto-base do projeto o considera como receita orçamentária primária e, portanto, ele não é contabilizado pelo Banco Central. Por outro lado, o Tesouro Nacional calcula o resultado primário, mas pela ótica da Receita e, portanto, pode contabilizar as compensações do dinheiro esquecido, o que gera um descompasso entre os resultados produzidos por ambas as instituições.

Ranieri Genari explica que considerar como receita orçamentária primária as transferências para o Tesouro Nacional do "dinheiro esquecido em contas bancárias inativas, fundos e similares está em total desacordo com as boas práticas de contabilização pública, usadas nas estatísticas fiscais. "Em outras palavras, seria o mesmo que forçar o Banco Central a promover de forma artificial registros de superávit primário".

A advogada Beatriz Carvalho, da área de Direito Tributário do escritório Silveiro Advogados, afirma que, ao notificar os parlamentares, o Bacen deu indícios de que não aceitará a flexibilização proposta por governo e Congresso na apuração da receita primária federal.

Ela avalia ainda que não caberia à autoridade monetária dizer o que é ou não receita primária, mas tão somente apurá-la. No entanto, afirmou que, ao Bacen, "certamente lhe compete, dentro de sua independência, identificar aquilo que possa ser prejudicial à contenção da **inflação** no país e/ou risco ao do teto de gastos governamental".

Governo já utilizou recursos não sacados do Pis-Pasep para reduzir déficit fiscal

Não é a primeira vez que o governo Lula se vale de recursos não sacados para reduzir o déficit fiscal. Governo e Congresso já adotaram uma medida similar com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, aprovada no fim de 2022. A PEC autorizou que o governo Lula também incorporasse como receita primária R\$ 26 bilhões dos trabalhadores, esquecidos

nas cotas do PIS/Pasep.

Naquela ocasião, o Tesouro seguiu o texto da lei e incorporou o valor no primário de 2023, o que não ocorreu com o BC, por adotar uma lógica de cálculo diferente. O resultado foi uma diferença bilionária nas duas contabilidades - segundo o Tesouro, o resultado primário em 2023 foi deficitário em R\$ 230,5 bilhões, enquanto os cálculos do Banco Central apontaram para um déficit de R\$ 264,5 bilhões.

O economista-chefe da Ryo Asset, Gabriel Leal De Barros, afirma que a diferença metodológica entre o resultado do Tesouro e do Banco Central não é algo novo, existe há muitos anos e até hoje há pendência por parte da Fazenda para uma proposta e elaboração de nova estatística. "Nesse ínterim, o Banco Central passou a fazer a apuração como apoio, mas a responsabilidade é do Ministério da Fazenda", explicou.

Ele ainda comentou que, assim como no ano passado, quando houve a diferença na apuração do resultado fiscal para efeito de cumprimento da meta de resultado primário entre o Tesouro e o Bacen, em razão dos recursos sacados do fundo do Pis/Pasep, essa divergência também irá ocorrer agora.

Segundo o economista, "o excesso de discrepância entre as estatísticas não é desejável, uma vez que turva a leitura da real situação fiscal para os agentes econômicos. É nesse sentido que a equipe econômica deveria formular de vez um manual de estatísticas fiscais, apoiado nas melhores práticas globais".

STF tem decisão contrária à reincorporação de precatórios às contas do governo

Outro ponto controverso do projeto de lei da desoneração é a reincorporação de precatórios às contas do governo como compensação pela reoneração gradual da folha. Um precatório é uma requisição para que o governo pague suas dívidas junto aos seus credores, conforme decisão da Justiça.

De acordo com a proposta atual do Congresso, caso não seja recuperado pelos credores em 2 anos, esse tipo de "dinheiro esquecido" também poderá ser reincorporado às contas do governo. No entanto, Gustavo Bachega, advogado tributarista, coordenador do grupo 09 de trabalho da **Reforma Tributária** e presidente do Instituto Brasileiro de Precatórios (IBP), lembra que o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) já se posicionou contra o resgate de precatórios não levantados.

Por meio da ADI 5.755, de julho de 2022, o STF julgou inconstitucional o art. 2º da Lei 13.463/17. O artigo

determinava o cancelamento de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais depositados há mais de dois anos em bancos federais, caso não fossem sacados pelos beneficiários. De acordo com Bachega, a proposta do PL da reoneração para reincorporação de precatórios é muito similar à julgada pelo Supremo naquele momento.

Na ocasião, o ministro Edson Fachin afirmou em seu voto que o direito ao valor depositado só se consuma com o saque, consolidando o entendimento de que a ausência do resgate não implica a perda do direito ao recebimento. Por essa razão, o advogado entende que é provável que haja contestação do PL de reoneração no que diz respeito aos precatórios.

À decisão do STF, soma-se uma do STJ, que também estabeleceu que o cancelamento de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) federais entre 2017 e 2022 só seria válido se o credor não tivesse sacado o dinheiro por desinteresse, tornando-o ilegal caso não fosse comprovada a inércia do credor. Por essa razão, mesmo em caso de cancelamento, o credor passou a ter o prazo de cinco anos para fazer novo pedido de precatório, mantendo seu direito de receber o recurso.

Assim, Bachega afirma que no caso da reoneração, mesmo que os valores sejam resgatados pelo governo, isso não implica, necessariamente, na perda do direito de recebimento pelo credor. Esse cenário gera um ativo para o Executivo, mas, simultaneamente, cria um passivo, pois o credor mantém o direito de pleitear a restituição dos valores.

Fazenda tem discricionariedade para estabelecer receitas primárias

Para Beatriz Carvalho, a Lei Complementar 200/2023, a Lei do Arcabouço Fiscal, confere certa discricionariedade ao Ministro da Fazenda em relação àquilo que será considerado receita primária. No entanto, ela avalia que tanto a recuperação dos precatórios - haja vista o próprio posicionamento do STF sobre o tema - quanto a classificação como receita primária são controversas.

Já o advogado Ranieri Genari avalia que, ao receber de volta o valor dos precatórios, o governo inverte a dinâmica entre devedor e credor. A lógica é de que o valor de uma dívida, pago pelo governo, não deveria ser a ele estornado. No caso dos precatórios, a União não é possuidora de um direito ao crédito, ao contrário, tem contra si uma obrigação de pagamento, devidamente constituída e determinada judicialmente.

"Logo, pensando na lógica jurídica da situação, por essa medida aprovada ontem, inverte-se de uma só

vez a posição de devedor e credor, como também se desrespeita frontalmente uma decisão judicial, que determinou o pagamento dos valores à outra parte, decisão a qual em nenhum momento tratou do destino do valor depositado, caso o credor dele não se apropriasse", explica.

Site:

<https://www.jornalaseманapp.com.br/noticia/58750/apropriacao-do-dinheiro-esquecido-q-apelar-ao-dinheiro-esquecido-dos-brasileiros-expoe-buraco-economico-de-lula>

IR: isenção até R\$ 5 mil deve ficar para 2026

» **FERNANDA STRICKLAND** » **ROSANA HESSEL**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai decidir, em breve, sobre um projeto para garantir a isenção de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) para quem ganha até R\$ 5 mil, uma das promessas de campanha do petista. A informação é do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Ele contou que entregou ao chefe do Executivo estudos preparados por técnicos da pasta.

"O presidente encomendou da área da Fazenda estudos que permitissem chegar no último ano do seu governo à cifra de R\$ 5 mil, e nós apresentamos para ele alguns cenários", relatou Haddad, no programa Bom dia, ministro, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). "Nós temos um tempo relativamente longo para aprovar a medida, e os cenários todos preveem a possibilidade de cumprimento dessa promessa." O ministro afirmou que Lula ainda deve conversar com outros ministros sobre as propostas quando achar "conveniente", mas já considerou que pelo menos um dos caminhos oferecidos é "promissor do ponto de vista econômico e político." O titular da Casa Civil, Rui Costa, está a par dos projetos desenhados pela Fazenda, de acordo com Haddad. Ele ainda afirmou que, em relação ao governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), a atual gestão "fez muito mais (mudanças na tabela do IR) do que o governo anterior".

Essa medida, que já foi prometida em outras campanhas e por vários candidatos, tem elevados riscos fiscais para ser implementada.

Estimativas de fontes da Esplanda sobre o impacto nas contas públicas variavam de R\$ 60 bilhões a R\$ 70 bilhões por ano - algo entre 0,3% e 0,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Mas esse volume, atualmente, deve ser bem maior, porque as contas foram feitas há mais de cinco anos.

As fontes lembram ainda que o governo precisará de uma receita recorrente equivalente para que essa isenção possa ser paga todos os anos, caso contrário, o rombo fiscal tende a crescer ainda mais e a dívida pública bruta seguirá em trajetória crescente e que está cada vez mais perto de 80% do **PIB** - patamar insustentável para países emergentes.

Vale lembrar que a isenção do IRPF de para quem ganha até dois salários mínimos, que passou a valer

neste ano, gerou um custo anual de R\$ 3,5 bilhões, conforme estimativas da **Receita Federal**. E, como o Orçamento tem 92% dos gastos obrigatórios, conforme dados do Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2025, cumprir a meta de deficit primário zerado no ano que vem parece cada vez mais impossível, pois R\$ 166 bilhões de receitas previstas ainda são incertas.

Além disso, várias despesas, incluindo a desoneração da folha, estão subestimadas no Ploa.

Haddad, contudo, manteve o otimismo e afirmou que os números da economia brasileira merecem ser comemorados, como a **inflação** controlada e crescimento do **PIB** acima das expectativas. Entretanto, admitiu que é necessário se manter atento ao futuro, pois variáveis naturais, políticas e geopolíticas podem ter impacto. "Você tem toda a legitimidade de comemorar: o **PIB** está crescendo, o desemprego está baixo, a **inflação** está baixa e sob controle, mas sempre é preciso ficar atento à próxima curva, porque não se sabe o desafio que vamos ter que enfrentar." De acordo com o ministro, o índice de miséria do Brasil - soma da taxa de desemprego e da **inflação** - está em um dos menores níveis da série histórica, com desemprego e **inflação** baixos. "Estamos no melhor dos mundos", comemorou. Ele voltou a afirmar que o Brasil tem avançado em reformas estruturais e citou a tributária. Mencionou, também, o novo arcabouço fiscal - que, na avaliação dele, é "inovador, respeitado e elogiado mundo afora". Ao reconhecer que as contas do governo federal estão desequilibradas desde 2015, afirmou que para fazer o ajuste fiscal, é preciso critérios diante de tantos lobbies. "Não tem lobby de pobre em Brasília, você não tem manifestação de gente pobre pedindo. É um inferno isso aqui", afirmou.

"Temos um tempo relativamente longo para aprovar a medida, e os cenários todos preveem a possibilidade de cumprimento dessa promessa"

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6403/13-09-2024.html?all=1>

Câmara conclui a votação do PL que estende desoneração



Lira: em encontro na tarde de quarta-feira, com Fernando Haddad e líderes partidários, o presidente da Câmara selou acordo que viabilizou a votação

Marcelo Ribeiro e Flávia Maia De Brasília

A Câmara dos Deputados concluiu na quinta-feira (12) a aprovação do projeto de lei que viabiliza a manutenção da desoneração da folha de pagamento de 17 setores intensivos em mão de obra e municípios, além de estabelecer medidas de compensação para o sistema. A proposta prevê a reoneração gradual desses segmentos e das cidades a partir de 2025. Todos os destaques apresentados pela oposição, com sugestões de mudança, foram rejeitados. Com a conclusão da apreciação, a proposição foi encaminhada para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Na madrugada de quinta-feira, os parlamentares já haviam aprovado o texto-base do projeto e derrubado os destaques - propostas de modificação do texto principal. A conclusão da votação ficou para a manhã seguinte, quando a Casa aprovou a redação final da matéria.

A análise do texto começou no último dia do prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para que governo e Congresso formalizassem um acordo para a manutenção do programa de desoneração. Em abril, a Corte chegou a determinar o fim da medida, mas depois decidiu conceder um período para que ajustes na legislação fossem construídos.

Na noite de quarta-feira, pouco antes do fim desse período, o governo pediu à Corte mais três dias "unicamente para finalização do trâmite legislativo".

A solicitação foi atendida pelo ministro Cristiano Zanin, relator do processo. Com isso, a expectativa era que Lula sancionasse a medida ainda na quinta-feira. Até o fechamento desta edição, no entanto, o texto ainda

não havia sido publicada no "Diário Oficial da União" (DOU).

Horas antes da votação, ainda na quarta-feira, um encontro entre o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), e líderes partidários selou o acordo que viabilizou a análise do tema.

Ficou decidido que haveria um ajuste redacional para que valores esquecidos em instituições financeiras - cerca de R\$ 8,6 bilhões - passem a ter apenas efeito contábil e não entrem no cálculo do resultado primário.

O acordo serviu para atender ao Banco Central (BC), que, um dia antes da apreciação, encaminhou aos parlamentares uma nota relatando preocupação sobre uma eventual apropriação desse montante como parte da compensação para a desoneração. Na avaliação da autoridade monetária, essa incorporação estaria em desacordo com sua metodologia estatística, indo de encontro às orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) e ao entendimento recente do STF sobre a matéria.

A sessão de quarta foi encerrada justamente quando os parlamentares apreciavam essa emenda de redação. Na quinta-feira, o trecho foi aprovado, com apoio de 231 deputados; 54 parlamentares votaram contra, 53 obstruíram e um se absteve. A oposição tentou obstruir a sessão, mas os requerimentos que buscavam adiar a votação foram rejeitados pela maioria dos parlamentares.

Em uma mudança de última hora, a deputada Any Ortiz (Cidadania-RS) abriu mão da relatoria, que acabou ficando com o líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE).

Atualmente, o modelo de desoneração da folha permite o pagamento de alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. É um modelo de substituição tributária, mais adequada a setores intensivos em mão de obra. Juntos, os 17 setores da economia beneficiados pela desoneração geram cerca de 9 milhões de empregos.

A partir do projeto de lei, proposto pela equipe econômica após acordo com o Congresso Nacional, a cobrança sobre salários voltará a ser feita de forma progressiva a partir do ano que vem. Passará a ser de

5% em 2025; 10% em 2026; 15% em 2027; e 20% em 2028.

Entre as medidas de compensação aprovadas no projeto, haverá uma espécie de Desenrola para a renegociação das multas cobradas pelas agências reguladoras.

Será criado ainda o Programa Regime Especial de Regularização Cambial Tributária, que permitirá ao contribuinte declarar de forma voluntária recursos, bens ou direitos de origem lícita não declarados ou declarados com omissão ou incorreção em relação a dados essenciais, mantidos no Brasil ou no exterior, ou repatriados por residentes ou domiciliados no Brasil. Sobre o montante declarado, será cobrada alíquota de 15% de Imposto de Renda a título de ganho de capital.

Além disso, pessoas físicas residentes no país poderão atualizar o valor dos bens imóveis já informado à **Receita Federal** para o valor de mercado e tributar a diferença com uma alíquota de 4% do imposto de renda. Enquanto isso, as empresas poderão atualizar o valor dos bens imóveis constantes no ativo permanente de seu balanço patrimonial e tributar com uma alíquota de 6% do imposto de renda da pessoa jurídica e de 4% da contribuição social sobre o lucro líquido.

O modelo de desoneração da folha de pagamentos de setores da economia foi instituído em 2011, como forma de estimular a geração de empregos. Desde então, foi prorrogado diversas vezes.

No ano passado, o Congresso prorrogou a medida até o fim de 2027. Além disso, estabeleceu que municípios com população inferior a 156 mil habitantes poderão ter a contribuição previdenciária reduzida de 20% para 8%. O texto foi vetado pelo presidente Lula, mas o veto foi derrubado pelo Congresso, desencadeando a série de movimentos que foi parar no Supremo Tribunal Federal.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187983?page=2§ion=1>

"Taxa das blusinhas" não deve afetar compras

Jéssica Sant"Ana De Brasília

O início da cobrança de 20% de imposto de importação para compras de até US\$ 50 feitas em plataformas que aderiram ao Remessa Conforme não deve trazer prejuízos ao programa da **Receita Federal**, na avaliação de integrantes da equipe econômica.

Havia receio entre os técnicos que a taxação pudesse mudar o comportamento do consumidor ou das empresas, mas isso foi observado pontualmente em julho e deve se estabilizar.

O Valor apurou que houve um aumento grande em julho no número de encomendas de pequeno valor que entraram no país, porque as plataformas anteciparam o registro de importação nos últimos dias do mês e os consumidores também adiantaram as com-

pras, com medo da taxação. Depois, em agosto, houve uma queda nas importações, o que os técnicos consideram natural, já que o movimento de compra foi antecipado.

A expectativa é que haja uma normalização em setembro, com o programa seguindo o seu fluxo normal. A primeira impressão entre os técnicos é que não houve impacto relevante nos preços, mesmo com a cobrança do Imposto de Importação a partir de agosto.

Eles observam que os clientes têm um ganho de logística com o Remessa, pois as cargas são liberadas primeiro e as encomendas estão chegando bem mais rápido para os consumidores. Isso tem ajudado o programa a se manter com bons resultados, explicou uma fonte ao Valor.

Também não está sendo observado um prejuízo aos pedidos de certificação. Pelo contrário, as compras já feitas em plataforma fora do Remessa são taxadas em 60%, independentemente do valor. O número de certificações concedidas inclusive cresceu nos últimos meses.

O Congresso Nacional aprovou em junho um projeto de lei que alterou as alíquotas a serem aplicadas às remessas internacionais. De agosto do ano passado

até julho deste ano, quando a Receita deu início ao Remessa Conforme, as compras de até US\$ 50 feitas em plataformas certificadas eram isentas de imposto de importação, pagando apenas 17% de ICMS. Alguns sites isentavam os consumidores da cobrança do imposto estadual.

Com a aprovação da Lei 14.902/2024, a nova tributação passou a ser de 20% de Imposto de Importação para compras de até US\$ 50 e de 60% para valores acima, mas com uma parcela a deduzir de US\$ 20. Uma medida provisória estabeleceu o início da vigência da alíquota para 1-de agosto deste ano. Não houve mudança no ICMS.

Entre os técnicos do governo, havia o receio de que a nova cobrança pudesse afetar o programa. Isso chegou a ser manifestado publicamente pelo secretário da **Receita Federal**, Robinson Barreirinhas, em julho.

"Há um ano, não tínhamos ideia do que entrava no Brasil [de pequenas encomendas]. E, hoje, nós temos 100% das informações relacionadas às remessas [internacionais]. Tudo isso é com base no programa Remessa Conforme e boa parte do esforço da aduana é para que nós não percamos isso nessa transição para a tributação", explicou Barreirinhas, em 22 de julho.

De acordo com dados da **Receita Federal**, são 15 empresas diferentes certificadas, entre elas gigantes do varejo, como AliExpress, Amazon, Magazine Luiza, Mercado Livre, Shein, Shopee e Temu. Há outras 13 empresas que já ganharam o direito à certificação, mas não concluíram a implementação do Remessa em suas plataformas de vendas. Por isso, os clientes ainda não têm o benefício de comprar pagando imposto de 20%.

O total de remessas internacionais recebidas em junho e julho deste ano foi de 38,96 milhões, sendo que houve o registro de 94% delas, de acordo com dados da **Receita Federal**. O valor aduaneiro das encomendas registradas e oriundas de sites participantes do Remessa Conforme foi de US\$ 574,1 milhões no bimestre, o equivalente a R\$ 3,13 bilhões. Como ainda não havia cobrança de imposto de importação para compras até US\$ 50, somente encomendas acima desse valor recolheram o tributo

federal, o que resultou em R\$ 91,5 milhões aos cofres públicos.

"Hoje, temos 100% das informações relacionadas às remessas [de fora]" R. Barreirinhas

20% é a tarifa sobre a compra de até US\$ 50

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187983?page=2
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187983?page=2§ion=1)**

PGFN prevê reaver mais de R\$ 1 bilhão desviado do FGTS

Guilliemie Pimenta De Brasília

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) estima recuperar mais de R\$ 1 bilhão de recursos devidos por empresas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) este ano. De janeiro a julho, já foram recuperados R\$ 836,1 milhões, o que já configura um recorde histórico. Em 2023, o valor recuperado totalizou R\$689 bilhões.

Diferentemente da cobrança em dívida ativa da União, quando o recurso ingressa no Orçamento como receita primária, os valores recuperados pelo FGTS vão diretamente para a conta do trabalhador devido - e, no caso dos encargos, entram para a gestão do fundo.

Em entrevista ao Valor, João Grognet, procurador-geral adjunto da Dívida Ativa da União e do FGTS, afirmou que a recuperação recorde decorre de uma estratégia traçada há alguns anos pela PGFN de, principal mente, priorizar acordos, com base na capacidade de pagamento da empresa devedores, o que foi possível com a lei da transação tributária, de 2020.

Também no fim da última década, contou o procurador, a equipe passou a utilizar novas técnicas de cobranças adequadas ao perfil econômico dos devedores. Atualmente, dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional indicam que há R\$ 53,7 bilhões devidos |x»r em presas ao FGTS.

Em relação aos acordos, Grognet cita uma conciliação Firmada com a Varig, que vai permitir liquidar um débito de R\$ 560 milhões de FGTS a ser quitado à vista com parte dos recursos de um precatório a ser pago pela União.

Acordo com Minas

Outro exemplo de acordo é uma conciliação com o próprio poder público: no fim do ano passado, a PGFN negociou uma transação com o Estado de Minas Gerais, o que possibilitou uma regularização de FGTS de R\$713 milhões, beneficiando 76 mil trabalhadores - envolvendo ex-servidores do Estado que haviam sido efetivados e, posteriormente, demitidos.

Também no ano passado, a PGFN conduziu um acordo com o Grupo João Santos, de Pernambuco,

produtor do Cimento Nassau, no qual foi possível regularizar dívidas de aproximadamente R\$ 11 bilhões, sendo R\$ 270 milhões referentes a créditos do FGTS.

Além das novas estratégias e dos acordos Fumados, a PGFN passou a concentrar intemente, a partir de 2023, toda a cobrança dos valores devidos ao fundo - antes, havia um compartilhamento dessa atribuição com a Caixa Econômica Federal, que era responsável por cobrar uma parte dos valores devidos.

Em 2015, por exemplo, o valor recuperado do fundo de garantia foi de R\$ 223,6 milhões, montante que vem crescendo desde então - em 2019, foram R\$ 421 milhões recuperados, enquanto o patamar de 2022 somou R\$ 583,9 milhões.

Em relação ao arrecadado até julho deste ano (R\$ 836,1 milhões), representa um salto de 273,9% em nove anos.

"O montante de FGTS recuperado pode significar a diferença entre uma pessoa, que foi demitida e cujo antigo empregador não pagou o FGTS, ter o que servir na mesa para sua família ou não", comentou o procurador-geral adjunto.

Segundo ele, além de considerar uma política pública "que privilegia os trabalhadores, também busca a justa medida para apoiar os devedores, que muitas vezes estão passando por dificuldades Financeiras, a regularizar seus débitos e retornarem ao ciclo econômico, gerando emprego e renda para a população".

Uma das mudanças na estratégia, explicou o procurador da Fazenda, foi passar a investir no protesto do FGTS, o que é muito mais eficaz e barato do que a cobrança judicial direta.

"Alguns devedores merecem toda a força do Estado, enquanto outros merecem a compreensão do Estado e melhor adequação da estratégia de recuperação dos ativos", considerou o procurador.

Grognet explica que, a partir de 2022, a PGFN passou a realizar grandes transações de FGTS, como o caso da Varig, do Grupo João Santos e de Minas Gerais, o que deve se manter nos próximos anos com a

possibilidade de negociação aberta a partir da lei de transação tributária.

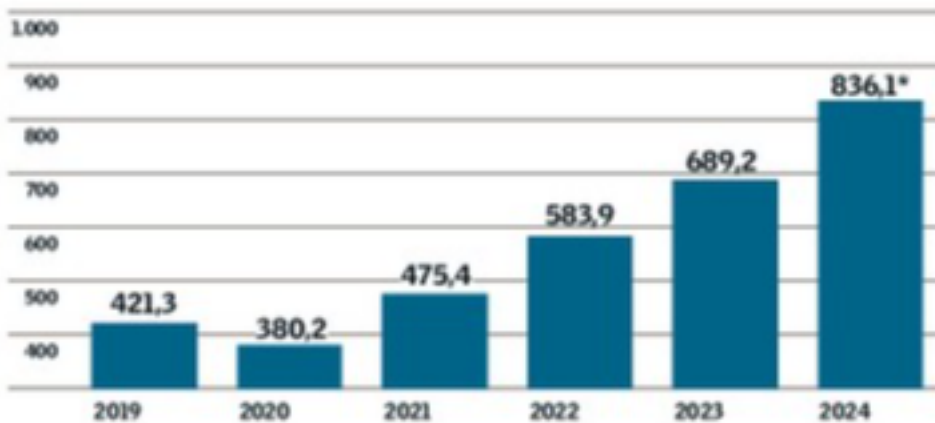
Além disso, o valor de recuperação acima de RS 1 bilhão deve se manter sustentável, segundo ele explicou, com novos projetos que estão sendo implementados, como o FGTS Digital.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187983?page=2
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187983?page=2§ion=1)**

Recursos recuperados do FGTS

Transações e novas estratégias elevam arrecadação - em R\$ milhões



Fonte: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. *Até julho

Decisão inevitável : China vai aumentar idade para aposentadoria com envelhecimento da população

Por France Presse

A China aumentará progressivamente a idade legal de aposentadoria, anunciou nesta sexta-feira (13) a agência oficial Xinhua, uma medida sem precedentes em décadas no segundo país mais populoso do mundo, que enfrenta uma grave crise demográfica.

A população chinesa diminuiu em 2023 pelo segundo ano consecutivo, o que prenuncia graves problemas para a economia, o sistema de saúde e **previdência social**.

LEIA TAMBÉM

INSS X dividendos: é possível ter uma renda maior na aposentadoria investindo? Censo 2022: crise econômica, força do agronegócio e custo de vida explicam a migração populacional no Brasil, segundo especialistas

Centenas de milhões de pessoas devem alcançar a terceira idade nas próximas décadas na China, enquanto a taxa de natalidade registrará uma queda drástica.

A idade de aposentadoria não aumenta há várias décadas no país e está entre as menores do planeta.

A nova medida elevará a idade de aposentadoria para os homens gradualmente até 63 anos, contra 60 atualmente. No caso das mulheres, subirá de 50 para 55 anos, ou de 55 para 58 de acordo com o tipo de trabalho exercido, informou a Xinhua.

O aumento será gradual, ao longo de 15 anos a partir de 2025.

A partir de 2030, o número mínimo de anos de trabalho exigidos para exercer o direito de aposentadoria passará de 15 para 20 anos, a uma taxa de seis meses adicionais para cada ano, segundo a agência.

Isto permitirá aos trabalhadores adiar sua aposentadoria para uma data posterior, caso alcancem um acordo com os empregadores , destaca o governo.

A medida foi baseada em uma avaliação exaustiva ad expectativa média de vida, condições de saúde, estrutura da população, nível educacional e oferta de trabalho na China , explicou a agência estatal.

Uma decisão inevitável

A mudança demográfica foi provavelmente o fator crucial por trás da decisão, disse à AFP Li Changan, da Universidade de Economia e Negócios Internacionais de Pequim.

O governo central propôs pela primeira vez a mudança da idade de aposentadoria em 2013 e aconteceram muitos debates sociais na última década , explicou.

Antes do anúncio desta sexta-feira, a imprensa estatal tentou preparar a população ao publicar textos que elogiavam os méritos de trabalhar por mais tempo.

Esta reforma será adaptada à situação objetiva do aumento generalizado da expectativa de vida e do número de anos de educação no nosso país , afirmou esta semana um artigo do Diário do Povo, jornal oficial do Partido Comunista Chinês.

Também aumentará a eficácia do desenvolvimento e da utilização de recursos humanos , acrescentou.

O aumento da idade de aposentadoria é uma decisão inevitável para nosso país adaptar-se ao novo normal do desenvolvimento da população , declarou ao jornal o diretor da Academia Chinesa do Trabalho e da **Previdência Social**, Mo Rong.

A mudança vai estabilizar a taxa de participação no mercado de trabalho (e) ajudará a manter o dinamismo e a vitalidade do desenvolvimento econômico e social , afirmou.

Enquanto ainda podemos escolher

Os chineses comentaram o anúncio nas redes sociais. As hashtags sobre o tema na plataforma Weibo acumularam mais de 200 milhões de visualizações em menos de uma hora.

Mas os censores do governo parecem ter removido muitas publicações do site, algo comum em um país onde as discussões abertas sobre a política nacional são muitas vezes consideradas sensíveis.

Muitas respostas ao anúncio desta sexta-feira afirmavam apenas Entendi ou É oficial .

Mas algumas pessoas comentaram indiretamente seu desagrado com a medida.

Enquanto ainda podemos escolher se nos aposentamos ou não, não tenho objeções , ironizava um comentário.

Outros lamentaram a falta de clareza sobre quanto tempo as pessoas nascidas nas décadas de 1990 e 2000 terão que trabalhar em comparação com as gerações anteriores.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/09/13/decisa-o-inevitavel-china-vai-aumentar-idade-para-aposentadoria-com-envelhecimento-da-populacao.ghtml>

Lula deveria acatar mudanças em estudo para o BPC

Editorial

A equipe econômica deverá apresentar em breve ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva propostas do Ministério do Planejamento para rever as regras de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), voltado a idosos e deficientes de baixa renda. Não faltam argumentos em favor das mudanças para tornar o programa mais justo, mais eficiente e, de quebra, ajudar a equilibrar as contas públicas. Duas medidas estão em estudo: corrigir o benefício apenas pela **inflação**, deixando de levar em conta o salário mínimo (cuja regra prevê ganho real) e aumentar a idade mínima para concedê-lo, de 65 para 70 anos. Lula deveria acatar ambas as sugestões.

Publicado em dezembro, um estudo do Banco Mundial sobre o sistema previdenciário brasileiro chamou a atenção para várias incongruências. Uma delas está no BPC. Ao comparar programas do tipo ao rendimento per capita em mais de 30 países, os pesquisadores concluíram que o valor no Brasil é alto demais. "A generosidade da atual aposentadoria não contributiva do BPC só é similar à de Trinidad e Tobago", afirmam. Além de o benefício em si já ser generoso, o índice de reajuste - o mesmo do mínimo - também é camarada. A correção pela **inflação** já garantiria a manutenção do poder de compra para quem recebe o auxílio.

Outra distorção: pelas regras atuais, necessidades distintas são tratadas da mesma forma. Quem recebe BPC em geral tem filhos crescidos, não precisa gastar em vestuário ou transporte para ir trabalhar. Apesar disso, recebe o mesmo valor de quem tem filhos pequenos e recebe salário mínimo, com sistema de correção idêntico. Ao desvincular o reajuste do BPC do mínimo, o governo atenuaria a discrepância.

A regra atual para o BPC - o valor é idêntico mesmo para quem nunca contribuiu - é contraproducente e sem lógica. Quem contribui durante toda a vida produtiva ganha, na aposentadoria, o mesmo que quem pouco ou nada pagou ao **INSS**. Na tentativa de incentivar o recolhimento, o Planejamento examina a possibilidade de pagar um adicional aos que contribuem por algum tempo, mas não atingem o limite mínimo para aposentadoria.

Por fim, está em análise o aumento na idade mínima

para concessão do benefício. Dado o envelhecimento da população, é outra medida que não deveria ser adiada. Estimativas do próprio governo reconhecem que, se nada for feito, os gastos com BPC saltarão de R\$ 106,6 bilhões neste ano para R\$ 140,8 bilhões em 2028. Nesse cálculo, já estão contados os R\$ 47,3 bilhões que o governo pretende economizar com cortes de benefícios irregulares. Como essa economia é incerta, a despesa poderá ser bem maior. Não será surpresa se, apesar do pente-fino, o BPC em breve custar mais de 1% do **PIB**.

Mais de uma vez, Lula já afirmou não aceitar que os mais pobres paguem pelo ajuste das contas públicas. Tal objetivo é nobre num país com tamanha desigualdade social. Mas não pode servir de biombo para encobrir programas mal concebidos e regras injustas. É perfeitamente possível proteger da pobreza idosos e deficientes de baixa renda indexando o benefício que recebem à **inflação** da cesta básica consumida por essa parcela da população. Lula deveria lembrar que é socialmente injusto manter regras que incentivem a informalidade, o aumento do rombo da Previdência e o desequilíbrio fiscal - que alimenta **inflação** e pune, sobretudo, os mais vulneráveis que ele quer proteger.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ

Lula deveria acatar mudanças em estudo para o BPC

Site:

<https://oglobo.globo.com/opiniao/editorial/coluna/2024/09/lula-deveria-acatar-mudancas-em-estudo-para-o-bpc.ghtml>

PF prende quadrilha que infiltrava pessoas para espalhar fake news na rua

A Polícia Federal deflagrou ontem no Rio a Operação Teatro Invisível para desarticular uma organização criminosa que propagava informações e notícias falsas sobre candidatos em campanhas eleitorais para prefeitos. Quatro suspeitos de participarem do esquema foram presos preventivamente. Segundo as investigações, eles atuam desde 2016 e já influenciaram em pelo menos três eleições em 13 municípios fluminenses.

O grupo, segundo as investigações, montou um esquema de contratação de pessoas que recebiam instruções de coordenadores para propagar fake news sobre um determinado candidato. Os contratados, que recebiam cerca de R\$ 2 mil mensais cada, se infiltravam em locais com aglomerações de pessoas como pontos de ônibus, padarias, filas de bancos, bares e mercados, para difundir aos eleitores falsas afirmações sobre os adversários políticos de seus contratantes. Os coordenadores do esquema tinham um salário de R\$ 5 mil.

A PF ainda investiga se durante o período eleitoral, esses coordenadores deixavam seus cargos públicos e nomeavam laranjas e funcionários fantasmas para substituí-los.

Os propagadores de fake news tinham que prestar contas diariamente aos chefes, elaborando relatórios das atividades, como a quantidade de eleitores abordados por dia, número de votantes em cada candidato e o total de eleitores convertidos para o candidato beneficiário do esquema criminoso.

-A profusão de notícias falsas pela internet deixa marcas. Já uma difusão de informações falsas no campo, além de dar mais credibilidade, ela não deixa suas marcas - diz o delegado Cláudio Monteiro. - Isso atenta contra a democracia, contra o Estado Democrático e contra as eleições, porque o eleitor vai às urnas acreditando naquelas informações falsas faz aquilo que não seria a vontade dele.

ATUAÇÃO NO ESTADO DO RIO

Foram presos Bernard Rodrigues Soares, Roberto Pinto dos Santos, André Luiz Chaves da Silva e Ricardo Henriques Patrício Barbosa. Eles atuavam nas cidades de Araruama, Belford Roxo, Cabo Frio, Carapebus, Guapimirim, Itaguaí, Itatiaia,

Mangaratiba, Miguel Pereira, Paracambi, Paraty, São João de Meriti e Saquarema.

Os agentes cumpriram os quatro mandados de prisão preventiva e 15 mandados de busca e apreensão, expedidos pelo Juízo da 8 - Zona Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro. A PF também conseguiu o bloqueio de R\$ 1 milhão de cada investigado. Eles são investigados por organização criminosa, desvio de funcionários públicos para a atuação no grupo criminoso, uso de "laranjas" para burlar incompatibilidades com o exercício da função pública, lavagem de dinheiro, assédio eleitoral e crimes eleitorais relacionados a desinformação.

Uma das prisões foi feita no Recreio dos Bandeirantes, na Zona Oeste do Rio. O preso dirigia um carro de luxo blindado. Ao todo, a PF apreendeu R\$ 188 mil em dinheiro vivo, outros dois veículos de luxo blindados, documentos e dispositivos de armazenamento eletrônico.

As investigações revelam que os integrantes da quadrilha moram, em sua maioria, em São João de Meriti, na Baixada Fluminense, mas isso não impediu de atuarem em outras cidades do Rio. Os chefes da quadrilha já chegaram a ocupar funções públicas em diversas cidades Rio.

Bernard Rodrigues Soares, hoje presidente municipal do União Brasil em São João de Meriti, já foi secretário de Comunicação e Eventos da cidade e superintendente de Comunicação da prefeitura de Miguel Pereira. Em 2021, recebeu uma moção de aplausos na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) proposta pelo deputado estadual Valdecy da Saúde (PL), que nesta eleição concorre a prefeito em São João.

R\$ 5 mil salário pago por mês aos coordenadores do esquema Grupo se infiltrava em locais cheios para difundir mentiras sobre adversários de seus contratantes

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Propostas da reforma tributária da renda já estão com Lula, diz Haddad

Estevão Taiar e Gabriel Shinohata De Brasília

As propostas de **reforma tributária** sobre a renda já estão nas mãos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que deve apresentá-las em um "futuro próximo". A afirmação foi feita ontem pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em entrevista à Empresa Brasileira de Comunicação (EBC).

De acordo com Haddad, as propostas foram apresentadas por ele próprio e outros integrantes do Ministério da Fazenda para Lula em uma reunião de duas horas realizada no Palácio da Alvorada. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, também "já está informado das propostas". A ideia com a reforma é isentar do Imposto de Renda (IR) aqueles que ganham até R\$ 5 mil - uma das principais promessas eleitorais de Lula.

"Um dos caminhos oferecidos parece bastante promissor dos pontos de vista econômico e político", disse Haddad.

A respeito da regulamentação da **reforma tributária** sobre consumo, o ministro da Fazenda afirmou que não haverá "prejuízo" se a discussão for concluída no ano que vem. Mas disse que acredita ser possível que os projetos de lei sejam aprovados tanto na Câmara quanto no Senado ainda em 2024, para que Lula sancione as mudanças até o fim de dezembro.

"Penso que não seria nem justo com as pessoas envolvidas nesse empreendimento que elas não tivessem possibilidade de concluir a regulamentação durante a presidência das duas casas [Câmara e Senado]", disse, referindo-se respectivamente aos presidentes Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Classificados por Haddad como "os grandes líderes dessa mudança", Lira e Pacheco deixam a presidência de Câmara e Senado no começo do ano que vem.

Na área econômica, o ministro da Fazenda mostrou alguma preocupação com os reflexos do enfraquecimento da economia chinesa.

"As pessoas começam a falar que não só está desacelerando, como pode ter uma retração da economia internacional, e aí penalizando exportadores de commodities, como o Brasil", disse. Ele também

mencionou a necessidade de atenção a "eleições em países estratégicos".

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187983?page=2§ion=1>

Setor criará modelo para "split payment"

Mariana Ribeiro De São Paulo

O setor de pagamentos montou um grupo de trabalho formado pelas principais associações representativas do ramo e quer definir em um ano um modelo para implementação do "split payment", previsto na **reforma tributária**. As discussões estão ocorrendo no âmbito da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF).

O "split payment", uma das principais novidades da **reforma tributária** do consumo, permitirá o recolhimento dos novos **tributos** no momento da liquidação financeira da transação. A ideia é que o sistema entre em pleno funcionamento em 2027.

Diretora jurídica da CNF, Cristiane Coelho afirma que a implementação do sistema traz diversos desafios que precisam ser discutidos pelo setor em conjunto com o governo.

"O interesse da indústria é conseguir efetivar a reforma como o governo quer, mas de forma consciente, que continue dando segurança às transações eletrônicas", disse, em encontro do setor de cartões com jornalistas na sede da Federação Brasileira de Bancos (Febraban). "Os custos devem ser compatíveis com o que a gente, como sociedade, consegue financiar. Porque se é um produto feito para o governo, vai ter que ser arcado também pelo governo", diz.

Fazem parte do grupo, além da Febraban, a Associação Brasileira de Bancos (ABBC), a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs), a Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos (Abipag), a Associação Brasileira de Internet (Abranet), a Associação das Infraestruturas de Mercado Financeiro (Apiimf) e a Zetta.

O trabalho será orientado por algumas premissas, explicou Coelho. Entre elas, estão: segregação e recolhimento do tributo no ato da liquidação financeira, para evitar prejuízo a mecanismos de prevenção a fraudes; isonomia entre participantes e arranjos de pagamento; equilíbrio concorrencial; qualidade da experiência do usuário; e remuneração proporcional aos custos e investimentos.

O projeto será dividido em duas fases. A primeira será mais conceitual, enquanto a segunda será voltada principalmente ao desenho das especificações técnicas.

No encontro, as entidades que representam o setor de cartões também informaram que estão discutindo novas formas de financiamento para evitar que os usuários entrem no rotativo ou permitir que migrem mais rapidamente para alternativas mais baratas de parcelamento das dívidas no cartão de crédito.

Essa é uma das pautas prioritárias do fórum de discussão criado em junho por cinco associações que representam bancos, fintechs e credenciadoras: Abipag, Abranet, Febraban, Abecs e Zetta. Como mostrou o Valor em junho, o setor de cartões selou um "armistício" após o embate acalorado sobre o parcelado sem juros no ano passado, que foi parar na Justiça. As associações celebraram um memorando de intenções buscando encerrar contenciosos e criaram o fórum. O grupo será uma instância para debater temas relativos ao setor, mas deixará de fora o parcelado sem juros.

"Os níveis de inadimplência e o patamar de juros são pontos que ainda temos a discutir. Queremos menos consumidores no rotativo", disse o presidente da Febraban, Isaac Sidney. "A nossa ambição é não ter ninguém no rotativo", disse Carol Conway, presidente da Abranet e atual presidente do fórum. Ela afirmou que ainda não é possível detalhar quais alternativas de financiamento estão sendo discutidas pelo grupo, mas que "em breve" devem ser apresentadas novidades. "Precisamos também conversar com o Banco Central e com entidades que representam consumidores", acrescentou Sidney.

No ano passado, em meio às discussões sobre o rotativo, uma das alternativas aventadas foi a possibilidade de cobrança de juros sobre o consolidado da dívida. A proposta previa que, a partir de um certo número de faturas não pagas, o banco poderia trazer a dívida a valor presente e cobrar juros também das parcelas vincendas.

Outras pautas elencadas pelo fórum são: acompanhamento do teto de juros sobre as dívidas do cartão, que passou a valer neste ano; portabilidade do saldo devedor da fatura de cartões; e funcionalidades via open finance.

"Níveis de inadimplência e patamar de juros são pontos que temos a discutir" Isaac Sidney

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187983>

Texto estabelece volta gradual de impostos a partir do próximo ano

BIANCA LIMA MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA / COLABORARAM IANDER PORCELLA e VICTOR OHANA/BRASÍLIA

A Câmara concluiu ontem a votação do projeto de lei que mantém a desoneração da folha de pagamento das empresas que mais empregam no País e de pequenos municípios neste ano, com a volta gradual de **impostos** entre 2025 e 2027.

O texto-base havia sido aprovado ainda na noite de quarta-feira - a três minutos do fim do prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para um entendimento em torno do tema -, por 253 votos favoráveis, 67 contrários e 4 abstenções. A sessão foi interrompida às 2h24 de ontem e retomada pela manhã para a votação da redação final do texto, que depende agora de sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Instituída em 2011, a desoneração vale para os 17 setores mais intensivos em mão de obra no País. Juntos, eles incluem milhares de empresas que empregam 9 milhões de pessoas. A medida substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% incidente sobre a folha de salários por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. Ainda no Senado, o texto também passou a incluir os municípios de menor porte.

A volta do imposto vai seguir algumas fases. No ano que vem, por exemplo, os empresários passarão por uma cobrança híbrida, que misturará uma parte da contribuição sobre a folha de salários com a taxação sobre a receita bruta. A partir de 2028, as empresas retomarão integralmente o pagamento da alíquota sobre a folha.

A prorrogação da desoneração virou uma queda de braço entre a equipe econômica e o Congresso, e foi parar no Supremo.

Em abril, o ministro Cristiano Zanin deu liminar a uma ação do governo para suspender a validade do benefício.

A alegação foi de que o Congresso não previu uma fonte de receitas para bancar o programa e não estimou o impacto nas contas públicas.

Posteriormente, o ministro Edson Fachin estabeleceu um prazo para um entendimento sobre a questão - prazo que terminou à meia-noite de quarta.

O texto-base passou na Câmara às 23h57. Ontem, a pedido do governo, Zanin deu mais três dias até a sanção de Lula.

"AJUSTE". Alinhado pela equipe econômica e por lideranças da Câmara, o texto traz uma nova redação em relação à versão aprovada pelos senadores - a mudança, no entanto, foi considerada como um "ajuste de redação", sem a necessidade de nova votação no Senado.

O trecho incluído prevê que a apropriação, pelo Tesouro Nacional, de valores esquecidos em instituições financeiras, mesmo que não computada como receita primária pelo Banco Central, será considerada para fins de cumprimento da meta fiscal do governo. Dessa forma, esses montantes poderão servir como parte da compensação à desoneração.

Hoje, no entanto, o cálculo válido para a verificação do resultado primário é o do BC.

O chamado resultado primário é a diferença entre receitas e despesas sem considerar os juros da dívida pública. O número determina se o governo fechou o ano no azul e se cumpriu a meta estabelecida pela equipe econômica. Quando há descumprimento, o governo é obrigado a gastar menos.

A alteração foi criticada por especialistas em contas públicas.

"A redação deixa claro que o objetivo é forçar um entendimento sobre o cumprimento da meta. Contudo, é altamente questionável que a lei ordinária que está sendo proposta delimite os poderes que foram atribuídos ao BC por lei complementar (do arcabouço fiscal)", afirma o ex-secretário do Tesouro e head de macroeconomia do ASA, Jeferson Bittencourt.

O trecho foi incluído pela então relatora da proposta, deputada Any Ortiz (Cidadania- RS). A mudança seguiu acordo com o Ministério da Fazenda para contemplar alertas do BC, mas foi além dos pontos levantados pela autarquia, criando a exceção no regramento fiscal.

Any Ortiz, porém, abriu mão da relatoria, que passou para o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE).

NOTA TÉCNICA. O BC enviou nota técnica aos deputados criticando a forma de se contabilizar esses montantes esquecidos nas contas bancárias, que somam R\$ 8,6 bilhões. No documento, afirmou que a incorporação desse montante no cálculo das contas públicas estava "em claro desacordo com sua metodologia estatística, indo de encontro às orientações do TCU (Tribunal de Contas da União) e ao entendimento recente do STF sobre a matéria".

Expediente similar já foi utilizado na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, no fim de 2022. A PEC autorizou o governo a incorporar R\$ 26 bilhões esquecidos por trabalhadores nas cotas do PIS/Pasep como receita primária - engordando os cofres públicos.

O Tesouro seguiu o texto da lei e incorporou o valor no primário de 2023, mas o mesmo não foi feito pelo BC - gerando uma discrepância bilionária entre as duas contabilidades.

Para evitar que essa diferença ficasse ainda maior, o PL da desoneração aprovado pelo Senado afirmava que o dinheiro esquecido nas contas deveria ser considerado "como receita orçamentária primária para todos os fins das estatísticas fiscais".

Ou seja, havia a tentativa de fazer com que o BC também computasse o valor na sua metodologia, que é o número oficial para fins de cumprimento da meta.

Com a reclamação do BC, esse trecho que tratava de "todos os fins das estatísticas fiscais" foi retirado, mas foi incluída a previsão de que os valores das contas esquecidas sejam "considerados para verificação do cumprimento da meta de resultado primário".

"É altamente questionável que a lei ordinária que está sendo proposta delimite os poderes que foram atribuídos ao BC por lei complementar" Jeferson Bittencourt Head de macroeconomia do ASA e ex-secretário do Tesouro

Confira os 17 setores

I Confecção e vestuário

I Calçados

I Construção civil

I Call center

I Comunicação

I Empresas de construção e obras de infraestrutura

I Couro

I Fabricação de veículos e carrocerias

I Máquinas e equipamentos

I Proteína animal

I Têxtil

I TI (tecnologia da informação)

I TIC (tecnologia de comunicação)

I Projetos de circuitos integrados

I Transporte metroferroviário de passageiros

I Transporte rodoviário coletivo

I Transporte rodoviário de cargas

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Fim do saque-aniversário do FGTS recebe aval do governo, diz ministro

Raphaela Peixoto

+

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse que o plano de extinguir com o **saque-aniversário** do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**) já recebeu o aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A expectativa é que o projeto seja encaminhado ao Congresso em novembro, logo após as eleições.

De acordo com o ministro, o Palácio do Planalto optou, em substituição ao **saque-aniversário**, por apresentar um novo modelo que permita aos trabalhadores do setor privado ter um acesso facilitado ao crédito consignado, que é descontado diretamente da folha de pagamento.

"Aliás, ele [Lula] está me cobrando. Cadê o consignado? Porque nós aqui nós vamos oferecer um direito a pessoas que hoje não estão cobertas em nenhum lugar", afirmou o ministro, durante entrevista à TV Globo e ao g1 .

Marinho está buscando apoio para viabilizar a proposta que visa eliminar essa modalidade desde o início do governo. Contudo, agora ele afirma que a Casa Civil já examinou a proposta e possui suporte político para levá-la ao Congresso. Segundo ele, a resistência agora vem, principalmente, de alguns parlamentares.

"Já falamos sobre isso com várias lideranças, já abordei isso com o presidente [da Câmara, Arthur Lira], mas vamos retomar essa conversa com a direção das casas, com o presidente Lira e o presidente [do Senado, Rodrigo] Pacheco, e propor conversa com todas as lideranças, de todos os partidos para apresentar o problema que existe hoje e a solução que nós queremos dar", assegura Marinho.

A fim de conseguir a aprovação do projeto no Congresso, o governo está considerando a implementação de um limite, um teto para os juros associados aos empréstimos consignados. A proposta também deve estipular que a empresa não precisaria aprovar um empréstimo solicitado pelo trabalhador; ela seria informada pelo banco e, em seguida, transferiria a parte do salário do funcionário para quitar a dívida consignada.

Outro aspecto do projeto inclui uma fase de transição:

um período para que os contratos relacionados ao **saque-aniversário** em aberto sejam encerrados ou convertidos para o modelo de crédito consignado. A duração desse período ainda não foi definida. Marinho está pensando em deixar essa questão para ser debatida quando o projeto já estiver em tramitação no Congresso.

O **saque-aniversário** do **FGTS** foi criado em 2020. Ele possibilita ao trabalhador retirar uma parte do saldo das contas ativas e inativas do **FGTS** anualmente, no mês do seu aniversário.

Apesar de ter adesão opcional, se o trabalhador for dispensado, ele poderá retirar apenas o montante correspondente à multa rescisória (os 40% que a empresa paga) e não terá acesso ao total acumulado na conta do fundo.

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse que o plano de extinguir com o **saque-aniversário** do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**) já recebeu o aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A expectativa é que o projeto seja encaminhado ao Congresso em novembro, logo após as eleições.

De acordo com o ministro, o Palácio do Planalto optou, em substituição ao **saque-aniversário**, por apresentar um novo modelo que permita aos trabalhadores do setor privado ter um acesso facilitado ao crédito consignado, que é descontado diretamente da folha de pagamento.

"Aliás, ele [Lula] está me cobrando. Cadê o consignado? Porque nós aqui nós vamos oferecer um direito a pessoas que hoje não estão cobertas em nenhum lugar", afirmou o ministro, durante entrevista à TV Globo e ao g1 .

Marinho está buscando apoio para viabilizar a proposta que visa eliminar essa modalidade desde o início do governo. Contudo, agora ele afirma que a Casa Civil já examinou a proposta e possui suporte político para levá-la ao Congresso. Segundo ele, a resistência agora vem, principalmente, de alguns parlamentares.

"Já falamos sobre isso com várias lideranças, já abordei isso com o presidente [da Câmara, Arthur Lira], mas vamos retomar essa conversa com a

direção das casas, com o presidente Lira e o presidente [do Senado, Rodrigo] Pacheco, e propor conversa com todas as lideranças, de todos os partidos para apresentar o problema que existe hoje e a solução que nós queremos dar", assegura Marinho.

A fim de conseguir a aprovação do projeto no Congresso, o governo está considerando a implementação de um limite, um teto para os juros associados aos empréstimos consignados. A proposta também deve estipular que a empresa não precisaria aprovar um empréstimo solicitado pelo trabalhador; ela seria informada pelo banco e, em seguida, transferiria a parte do salário do funcionário para quitar a dívida consignada.

Outro aspecto do projeto inclui uma fase de transição: um período para que os contratos relacionados ao **saque-aniversário** em aberto sejam encerrados ou convertidos para o modelo de crédito consignado. A duração desse período ainda não foi definida. Marinho está pensando em deixar essa questão para ser debatida quando o projeto já estiver em tramitação no Congresso.

O **saque-aniversário** do **FGTS** foi criado em 2020. Ele possibilita ao trabalhador retirar uma parte do saldo das contas ativas e inativas do **FGTS** anualmente, no mês do seu aniversário.

Apesar de ter adesão opcional, se o trabalhador for dispensado, ele poderá retirar apenas o montante correspondente à multa rescisória (os 40% que a empresa paga) e não terá acesso ao total acumulado na conta do fundo.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/09/6941346-fim-do-saque-aniversario-do-fgts-recebe-aval-do-governo-diz-ministro.html>

Desaceleração da China afeta mercado de commodities e Brasil - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

Nos últimos anos, o crescimento meteórico da China fez supor que o país viveria um período interminável de farturas. A festa, de fato, durou muito tempo, mas, agora, o cenário é diferente. Em 2024, o PIB chinês deverá avançar 4,8% - ainda um bom resultado, mas distante dos astronômicos 14,2% registrados em 2007. E, no ano que vem, segundo apontam os economistas, o número será menor. A fotografia da nação asiática preocupa. Entre os jovens, a taxa de desemprego atingiu o recorde de 21%, o que tem provocado dolorosos impactos na produtividade do país asiático. Os investimentos também desaceleraram e é improvável que voltem tão cedo aos patamares do início do século. Os desafios econômicos da China ecoam no Brasil, com prejuízos especialmente ao mercado de commodities. Ontem, a Agência Internacional de Energia (AIE) afirmou que o consumo global de petróleo tem caído em razão da baixa demanda chinesa. Pelo visto, o dragão perdeu um pouco de seu poder de fogo.

Analistas prevêm boom de remédios para emagrecer. O mercado de perda de peso tornou-se nos últimos anos o mais rentável da indústria de medicamentos. Não à toa, as empresas têm investido bilhões de dólares no desenvolvimento de produtos para combater a obesidade. De acordo com um levantamento realizado pela agência Morningstar, pelo menos 16 novos remédios serão lançados até 2029.

Atualmente, a líder do segmento é a dinamarquesa Novo Nordisk, fabricante do Ozempic, remédio injetável para diabéticos que demonstrou ser forte aliado na luta contra a balança.

WEG compra empresa turca por US\$ 88 milhões. A catarinense WEG, uma das maiores fabricantes de motores elétricos do mundo, comprou a empresa turca Volt Electric Motor por US\$ 88 milhões. É um negócio promissor. A Volt produz milhões de motores por ano e tem forte presença na Europa, Oriente Médio e Ásia Central. Com a aquisição, a WEG ganha fôlego para explorar esses mercados. Nos últimos anos, a companhia brasileira tornou-se uma das queridinhas da B3, a Bolsa de Valores de São Paulo, entregando ótimo retorno aos seus acionistas.

Enel revê plano de investimentos após apagão. Depois

do apagão que deixou 2,1 milhões de consumidores sem energia por vários dias, a concessionária Enel Brasil decidiu atualizar o seu plano de investimentos para o país.

A empresa diz que destinará R\$ 20 bilhões até 2026, principalmente para a modernização e expansão da rede no Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará.

O programa também resultará na contratação de até 5 mil colaboradores.

Atualmente, a companhia presta serviços para 15 milhões de clientes em 274 cidades brasileiras.

"A recuperação vai enfrentar ventos contrários". Christine Lagarde, presidente do Banco Central Europeu, sobre a retomada econômica do Velho Continente.

48% dos trabalhadores do mundo apresentam sintomas de burnout, como é chamado o esgotamento profissional. O número vem de um estudo feito pela consultoria Boston Consulting Group (BCG).

RAPIDINHAS

» A CVC, maior agência de viagens do Brasil, fechou um acordo com credores para a reestruturação de sua dívida. Entre os termos previstos no processo, está o alongamento de prazos de vencimento e a redução de juros.

De acordo com a CVC, a iniciativa levará à redução imediata de R\$ 160 milhões de sua dívida bruta.

» A OpenAI, criadora do programa de inteligência artificial ChatGPT, deverá levantar US\$ 5 bilhões em uma nova rodada de investimentos.

Com isso, seu valor de mercado alcançará a extraordinária marca de US\$ 150 bilhões (cerca de R\$ 850,5 bilhões). Segundo a OpenAI, os recursos serão usados para tornar o ChatGPT ainda mais inteligente.

» A primeira partida no Brasil da NFL, a liga de futebol norteamericano, trouxe bons frutos para São Paulo. Um cálculo feito pela Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur) estima que o evento movimentou R\$ 300 milhões na economia da

capital paulista, que sediou o jogo. Além de passagens aéreas, foram contabilizados gastos com hotéis, restaurantes e atividades de lazer.

» As queimadas nas lavouras do Centro-Sul provocaram estragos na produção agrícola. De acordo com a União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica), pelo menos, 231,8 mil hectares de cana foram destruídos pelo fogo.

Desse total, 132 mil hectares abrigavam plantações que ainda seriam colhidas, com enormes prejuízos aos agricultores.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/impressa/6403/13-09-2024.html?all=1>

País tem primeira deflação e o Copom deve elevar juros - BRASIL EM FOCO

BRASIL EM FOCO

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central se reúne na próxima semana com o mercado financeiro praticamente cravando que elevará a taxa básica de juros (Selic), hoje em 10,50% ao ano. Isso, mesmo com a **inflação** oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), registrando deflação em agosto. E mais, essa deflação, que surpreendeu o mercado, foi puxada pela queda dos alimentos e de itens ligados aos serviços, como energia. Com isso, o IPCA no ano está em 2,85% e em 12 meses é de 4,24%. Dentro do teto da meta inflacionária para o ano.

Há pressões inflacionárias no horizonte, mas as mais evidentes estão relacionadas aos efeitos da seca extrema e dos incêndios florestais que atingem o país. Nesses casos não há pressão de demanda, que se combate com medidas para restringir o consumo. Isso significa que os juros podem subir e a **inflação** também subir, tornando sem efeito a elevação da Selic. Além disso, de acordo com economistas, o aumento dos juros agora só surtirá efeito completo em seis meses, ou seja, será inócuo este ano.

Mesmo com essas pressões no radar, o próprio mercado financeiro projeta taxas de **inflação** dentro da margem de tolerância da meta inflacionária neste e no próximo ano. Em 2024 e 2025, a meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) é de 3% com tolerância de 1,5 ponto percentual para baixo (1,5%) ou para cima (4,5%). No Focus Relatório de Mercado divulgado esta semana pelo Banco Central, a projeção dos analistas do mercado financeiro para o IPCA este ano é de 4,30% e para 2025, de 3,92%.

Elevando os juros agora o Banco Central pode justificar que busca trazer a **inflação** para o centro da meta no próximo ano. Ou ainda que está agindo em linha com as expectativas do mercado financeiro. Mas o Copom decidiu na contramão dos bancos centrais mundiais. o Banco Central Europeu (BCE) reduziu ontem os juros para 3,5%, com um corte de 0,25 ponto. Foi o segundo recuo seguido. O Federal Reserve (Fed -Banco Central dos EUA) também deve

reduzir os juros este mês. Estes dois movimentos, sem alterar a taxa de juros no Brasil, são suficientes para aumentar o fluxo de dólares para o país, com o câmbio

aliviando a pressão sobre os preços internos.

Mas se o efeito sobre o consumo tem uma defasagem de tempo, sobre os investimentos e os financiamentos o impacto é imediato. O aumento dos juros encarece o custo do crédito, inibindo o consumo de bens de maior valor, o que desestimula a indústria a investir e afeta o mercado imobiliário, que precisa de crédito para girar os negócios.

E isso no momento em que a indústria puxa o crescimento da economia e a elevação dos investimentos, o que indica aportes para aumentar a produção (leia-se oferta de produtos). Sem combater a **inflação** de imediato, o aumento dos juros será uma ducha de água fria sobre o setor produtivo e sobre o varejo brasileiros. Na Europa os juros caem para estimular o crescimento econômico, aqui eles vão subir para "conter a **inflação**" mas esfriando a economia.

TECNOLOGIA

R\$ 186,6 bilhões é o valor dos investimentos do governo e do setor privado na indústria digital em tecnologia previstos até 2035

EFEITO CLIMÁTICO

A produção de grãos na safra 2023/2024 será reduzida em 21,4 milhões de toneladas em relação à safra anterior por causa da seca e da irregularidade das chuvas nas regiões produtoras, segundo a Conab que ontem divulgou a estimativa de uma produção agrícola de 298,41 milhões de toneladas para este ano. A penas a soja, carro-chefe do agronegócio, a quebra da safra este ano será de 7,23 milhões de toneladas, por causa dos efeitos climáticos.

RECICLANDO

No ano passado foram coletados mais de 553 milhões de litros de óleo lubrificante usado ou contaminado (Oluc) no país, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), evitando a contaminação de recursos hídricos numa proporção equivalente a 55 mil vezes o volume da Lagoa da Pampulha, se não fossem coletados corretamente.

Site: <https://digital.em.com.br>

Para economistas, País cresce muito e os juros terão de subir

GABRIEL VASCONCELOS RIO

A economia brasileira está crescendo acima do seu potencial, o que pode levar a pressões inflacionárias que terão de ser contidas por meio do aumento da taxa básica de juros. Essa foi a avaliação dos participantes do 3.º Seminário de Análise Conjuntural, realizado ontem pelo Estadão e pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre).

Para o economista José Júlio Senna, o ideal seria que o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central já aumentasse a Selic em 0,50 ponto porcentual na reunião da próxima quarta-feira, embora a tendência seja de alta de 0,25 ponto dada a "narrativa de gradualismo".

"Veio um monte de sinais de dirigentes do BC de que a alta de juros está na mesa, de que vão levar a **inflação** para a meta, de que têm de reancorar expectativas.

O BC falou muito grosso; a meu ver, ajoelhou, tem de rezar.

Deram tanto sinal de austeridade e combate à **inflação** que não tem escapatória agora. Imagino que o ideal seria um aumento de 50 pontos (0,50 ponto porcentual) na reunião da próxima semana", disse Senna.

Um aumento de 0,50 ponto, disse Senna, serviria para fazer jus aos posicionamentos recentes de dirigentes do BC e para dar uma resposta às expectativas de **inflação** desancoradas e a uma economia aquecida. Ele lembrou ainda que o BC fez um único aumento de 0,25 ponto ao longo da condução recente da política monetária e que uma alta dessa magnitude, "para o nível de Selic no Brasil, não faz muita cócega". A taxa básica está hoje em 10,5% ao ano. Como o Estadão mostrou, o mercado projeta até quatro altas de 0,25 ponto nas próximas quatro reuniões do Copom.

"MOVIMENTO INFLACIONÁRIO".

Analisando o cenário atual, a economista Silvia Matos, do FGV/Ibre, disse que, apesar da recente melhora na composição do crescimento do **PIB**, o País está crescendo acima do seu potencial e que isso virá acompanhado de mais juros e **inflação** pressionada.

"Estamos estimulando a economia mais pelo lado da demanda, dos gastos públicos, em movimento inflacionário. Já vimos essa história antes. Isso leva a um juro de equilíbrio mais elevado", disse ela, ponderando que o mundo ainda estaria ajudando o Brasil com as expectativas de redução de juros, sobretudo nos EUA.

Também participante do debate, o economista Armando Castelar, que é pesquisador associado do FGV/Ibre, disse que o cenário de crescimento turbinado é muito semelhante ao dos dois primeiros mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Mas com a diferença de que, hoje, o dólar não tem recuado como antes. Além disso, o cenário para as commodities não é tão positivo, com queda de preços de importantes produtos da pauta de exportação do País, o que dificulta o controle de parâmetros da economia como a **inflação**.

Silvia Matos destacou ainda o aumento dos gastos do governo e do consumo das famílias.

"O consumo das famílias tem crescido acima do **PIB**. Nos EUA, ele voltou aos níveis pré-pandemia, mas a gente no Brasil "embicou" em uma tendência de aceleração muito acima disso. O **PIB** tem crescido acima do seu potencial, apoiado pelo crescimento do consumo das famílias", disse ela, observando que nos últimos dois anos a economia brasileira crescia puxada principalmente pelas commodities (agronegócio e a indústria extrativa). "Agora, é completamente diferente. O **PIB** está muito mais focado na demanda doméstica."

JUROS NOS EUA.

Sobre o contexto da economia americana, Senna disse que, graças à melhora da **inflação**, os Estados Unidos vão entrar em um ciclo de redução de juros, mas de forma moderada, o que vai frustrar parcela do mercado financeiro que ainda projeta cortes mais agressivos. "A atividade econômica (nos EUA) ainda tem bom grau de vigor. Sendo assim, o comitê de política monetária dos EUA tem de agir, mas com moderação." Segundo Senna, a **inflação** americana vive uma "melhora indiscutível" apesar da leve piora nos dados de agosto. "Os dados pioraram um pouco na margem, mas ainda estão mais baixos que as taxas de 12 meses nas cinco principais medidas da **inflação**

americana."I

"Seria melhor um crescimento mais moderado, não tendo de subir juros e com uma inflação mais moderada" Silvia Matos Economista

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Agro sustentável pode ajudar a combater fome no planeta

LÚCIA HELENA DE CAMARGO* *Do Valor SÃO PAULO

Combater a fome e promover o desenvolvimento sustentável, com justiça social, é a fórmula para o agronegócio brasileiro avançar de maneira consistente e justa. Esse é o consenso entre ambientalistas e governo.

- Temos potencial para conquistar um patamar privilegiado na economia mundial. A produção do agro brasileiro consegue alimentar o planeta, mesmo considerando as previsões de que, dos atuais 8 bilhões de habitantes, chegaremos a quase 10 bilhões em 2050 -diz Rodrigo Cappella, diretor da Ação Estratégica, agência focada em agronegócio.

A pauta do governo para a reunião de ministros do G20 segue essas intenções.

- O G20 representa 80% do Produto Interno Bruto (PIB) global. Assim, temos agora a oportunidade, com o Grupo de Trabalho da Agricultura, de construir propostas e compromissos completos para melhorar a qualidade de vida no planeta, fornecendo alimento em abundância para todos. Precisamos pensar em produção sustentável, levando em consideração as mudanças climáticas -disse o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, à frente do grupo.

Será necessário desenvolver muitas potencialidades, avalia o professor Marcos Jank, que dá aulas de agronegócio global no Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper). Em primeiro lugar, é preciso enfrentar a difícil conjuntura: a FAO, órgão das Nações Unidas para a alimentação e a agricultura, estima que, na média, 30% da população mundial têm algum grau de insegurança alimentar, sendo 19% na categoria moderada e 11% na severa.

INSEGURANÇA CRESCE

A insegurança alimentar moderada está associada à incapacidade de ter acesso seguro a alimentos necessários à nutrição e à vida saudável. Já a severa está mais fortemente relacionada à quantidade insuficiente de calorias, ou seja, desnutrição e fome.

Na África o problema é mais grave, chegando a 61% de insegurança alimentar, sendo 24% na categoria severa. Na América Latina e Caribe o percentual

chega a 38%, com a classificação severa em 13%. A Ásia figura com 24% (10% severa) e a América do Norte e a Europa registram, em média, 8% de insegurança alimentar, com cerca de 1% na categoria severa. Entre os cerca de 800 milhões de habitantes em desnutrição, mais da metade (402 milhões) estão no continente asiático, seguidos pela África, com 282 milhões.

De acordo com relatório lançado pela FAO, os indicadores de progresso em direção às metas globais de nutrição mostram que o mundo caminha no sentido contrário, com aumento da insegurança alimentar.

-A sugestão para começarmos a resolver essa questão é colocar o comércio internacional no centro da agenda. O Brasil exporta quase 40% daquilo que produz. Figura em terceiro lugar nas exportações e quarto em produção do setor agro global. Temos que usar

esse poder na hora de negociar. No entanto, as instituições que vinham regulando o mundo desde o pós-guerra estão cada vez mais fracas, não têm conseguido estabelecer parâmetros justos - avalia Jank.

Estudo do Insper mostra que os preços de alimentos mais perecíveis, como os de fonte animal e frutas, são mais altos em regiões emergentes de Ásia e África, enquanto do básicos, como cereais e tubérculos, não varia muito de região para região. O que acaba ocorrendo é que há menor acesso a dietas diversificadas nas regiões mais pobres e com maior prevalência de população em insegurança alimentar e desnutrição.

DESAFIO PARA O BRASIL

Jank diz que esse é um dos desafios para o Brasil: diante da grande produção nacional de carne, legumes e frutas, criar meios de fazer com que esses alimentos cheguem a quem mais precisa, dentro e fora do país.

Se o crescimento populacional projetado para as próximas décadas impõe aumento e diversificação de toda a produção agrícola sustentável, no paralelo há outro grande gargalo a ser resolvido: o desperdício.

-Em 2019, foram desperdiçadas 931 milhões de

toneladas de alimentos no mundo, 17% do total produzido. Em 2022, subiu para 1,05 bilhão de toneladas, 20% de desperdício. Enquanto isso, temos um terço da população mundial em vulnerabilidade alimentar - diz Marcelo Souza, presidente do Instituto Nacional de Economia Circular, citando dados de estudo divulgado este ano pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

O relatório calculou que a Humanidade desperdiçou o equivalente a 1 bilhão de refeições por dia em 2022, alimentos que tomaram grandes áreas de terra para serem cultivados, ao custo de US\$ 1 trilhão. E acabaram no lixo.

A maioria do desperdício ocorre nas residências (60%), no setor de serviços (25%) e no varejo (15%).

-A maior perda está nos lares. Temos que educar as pessoas, desde crianças, a aprender a aproveitar os alimentos, a conservar de maneira adequada, a equacionar compras. Seguimos com a discussão sobre a redução da temperatura do planeta, mas o desperdício representa cinco vezes mais emissões do que as do setor de aviação -diz Souza.

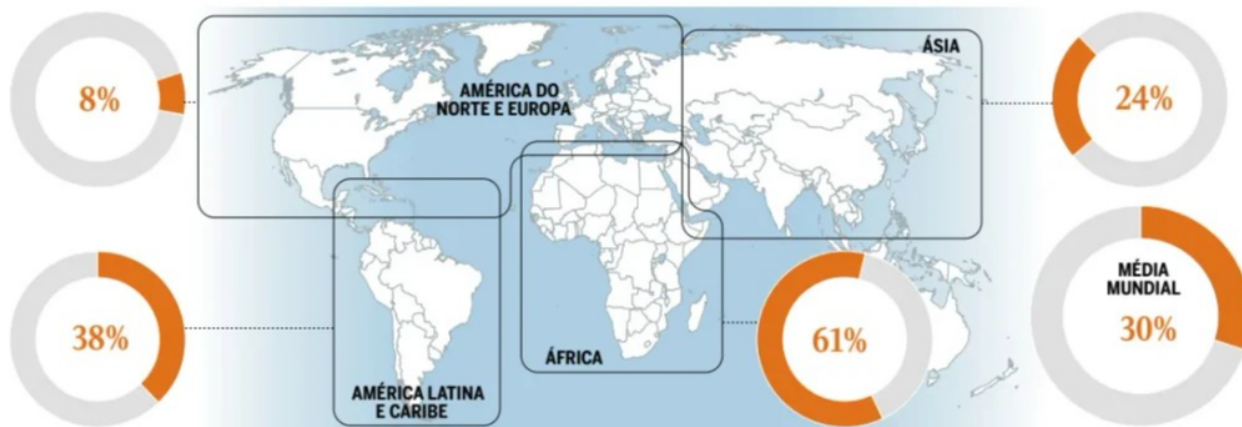
No contexto da reunião do G20, apenas quatro países-membros -Austrália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos -, além da União Europeia, têm estimativas de desperdício alimentar adequadas para acompanhar os progressos até 2030.

Especialista em agronegócio com formação pela Esalq/ USP, Capella defende o uso de recursos tecnológicos e apoio à agricultura familiar, e mais linhas de financiamento para que o pequeno produtor tenha fôlego para investir em capacitação.

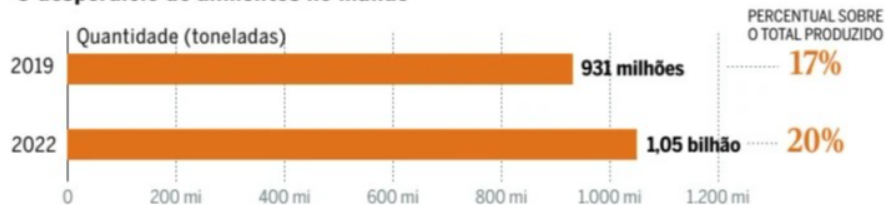
Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PREVALÊNCIA DA INSEGURANÇA ALIMENTAR

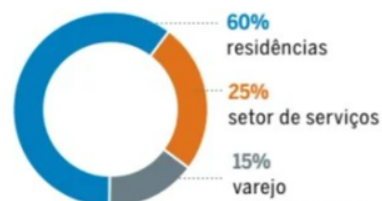
População afetada (somados os níveis moderado e severo) por região, em %



O desperdício de alimentos no mundo



Onde ocorre o desperdício



Fonte: Insuper Agro Global e FAO (dados de 2022), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)

EDITORIA DE ARTE

União pode gastar até R\$ 62 bilhões com socorro aos Estados



Manoel Pires: "Governo federal hoje se endivida com IPCA mais 6%. Estados que estão pagando IPCA mais 4% estão recebendo subsídio de dois pontos percentuais"

Marta Watanabe De São Paulo

Novo capítulo na série de renegociação de dívidas estaduais com a União, o recente projeto aprovado pelo Senado estabelece novo programa de refinanciamento que cria um subsídio anual em encargos de cerca de R\$ 48 bilhões a ser suportado pelo governo federal. Considerando o período de transição estabelecido para Estados que estão no Regime de Recuperação Fiscal (RRF) - Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e também Minas Gerais, cuja adesão ainda está pendente -, a conta para o governo federal pode chegar a R\$ 61,9 bilhões no primeiro ano. Mesmo assim, um dos desafios é garantir que todos os Estados entrem no programa de refinanciamento.

Os cálculos do economista Manoel Pires, pesquisador e coordenador do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), pressupõem a adesão de todos os Estados aos termos do projeto de Lei Complementar (PU) 121/2024, aprovado pelo Senado e em tramitação na Câmara dos Deputados.

A estimativa considera o que os Estados deveriam pagar com os encargos vigentes hoje e também que todos os entes estejam na condição do PU" que permita o pagamento de IFCA mais zero como encargo da dívida à União. Pelas regras vigentes, os Estados pagam encargos com base em mais 4% ou Selic, o que for mais vantajoso.

"O governo federal hoje se endivida aproximadamente com IPCA mais 6%. Então, os Estados que estão pagando IPCA mais 4% estão recebendo um subsídio de dois pontos percentuais. Num país federativo, é natural que haja algum tipo de subsídio entre União e Estados", diz Pires. A questão, destaca, é o tamanho do subsídio. "Sair do IPCA mais 4% para o IPCA mais zero cria um subsídio de R\$ 48 bilhões anuais. O espaço fiscal aberto para o governo subnacional é ainda maior se considerarmos os Estados que estão em dificuldade, no regime de recuperação fiscal", diz Pires.

O PIP aprovado pelo Senado, explica Pires, parece ter tentado reproduzir o conceito da Lei 9.496, que criou, em 1997, o atual marco das dívidas estaduais. Naquele ano, a União assumiu R\$ 953 bilhões em dívidas dos Estados, o que equivalia a 9,6% do PIB. A lei de 1997, aponta, foi longeva. Desde 2014, porém, as rodadas de refinanciamento das dívidas estaduais com a União se intensificaram com várias leis complementares (LCs), como a LC 148, em 2014, a LC 156, em 2016 e a 178, em 2021. Ele inclui no histórico a LC159 de 2017. do RRF.

Com reestruturação das dívidas estaduais em 30 anos, em 360 parcelas mensais, o PLP 121/24 criou três situações que o Estado pode escolher, cada uma delas com um critério de encargo: IPCA mais 0%, IPCA mais 1% e IPCA mais 2% (ver quadro abaixo).

"É bom ressaltar que pagar IPCA mais 0% significa reduzir em quatro pontos percentuais o que os Estados hoje deveriam estar pagando", diz. Os governos estaduais podem conseguir isso a partir de três hipóteses. Na primeira, o Estado, explica, pode antecipar 20% da dívida, destinar 1% da dívida para um fundo (Fundo de Equalização Federativa) e outro 1% da dívida seria investimentos específicos feitos pelo próprio governo estadual.

"Uma segunda hipótese é o Estado antecipar apenas 10% das dívidas em vez de 20%. Em contraposição, a fatia para o Fundo de Equalização sobe de 1% para 1,5%, mantendo 1% para investimentos específicos. Ele troca 10% de antecipação de dívida por mais 0,5 ponto percentual de aporte nesse fundo a cada ano."

Na terceira situação que permite o IPCA mais zero,

prosegue Pires, o Estado faz a amortização inicial da dívida. Mas nesse caso o governo deve aplicar 2% da dívida ao fundo de equalização, mais 2% em investimentos. Essa opção, dentro de todos os cenários possíveis no PL 121/24, diz Pires, deve ser a "estratégia dominante".

"A relação de custo e benefício é mais favorável para os Estados nessa opção. A dívida vai ficar a mais barata possível e ao mesmo tempo é a hipótese que exige menos recurso financeiro a curto prazo. É muito melhor para o Estado aplicar 2% em investimento específico, que é um dinheiro dele mesmo, do qual vai se beneficiar politicamente, do que antecipar 20% das dívidas para a União, algo do qual não se beneficiará. E 20% é muito mais caro do que 2%", compara.

"A proposta dá uma volta enorme para criar cenário no qual os Estados terão suas dívidas com encargos em IPCA mais zero. Na prática a proposta está tirando os Estados de IPCA mais 4% para IPCA mais zero."

O rol de investimentos específicos que os Estados precisarão fazer, diz Pires, é bastante amplo. É preciso gastar, explica, integralmente em educação profissional técnica de nível médio, infraestrutura de universalização de ensino infantil, educação em tempo integral infraestrutura de saneamento habitação e transportes, segurança pública e adaptação às mudanças climáticas, "É muito fácil cumprir essa exigência de gastos com investimento específico."

Outra polêmica do PIP são os ativos que podem ser usados para amortizar a dívida. "Há a situação tradicional, que é a transferência de recurso financeiro. Mas há itens mais polêmicos, com ativos que não são líquidos e cujo valor justo não é simples de ser avaliado. Nas participações societárias, fala-se muito na Cemig, por exemplo. O governo de Minas Gerais faria uma cessão da participação societária, ou de uma parcela dessa participação, para a União. Será que a União tem interesse em ser administradora ou gestora da Cemig? Também há possibilidade de cessão de crédito inscrito na dívida ativa. Há dificuldade enorme para definir o valor justo disso. Em geral, esses créditos estão longe de serem líquidos e são altamente judicializáveis."

Para Pires, a proposta criou uma sistemática ampla para possibilitar a amortização, mas o único direito líquido e certo é a transferência de recursos financeiros. "Os outros itens são muito difíceis desestabilizados."

O PLE prevê também uma regra de transição para quem está no Regime de Recuperação Fiscal. "No primeiro ano, esses Estados do RRF não pagam IPCA, por exemplo. Eles pagarão 20% da parcela

devida. No segundo ano, 40%, e assim por diante, até os 100% no quinto ano. Isso foi feito porque atualmente os Estados do regime de recuperação pagam muito pouco. Alguns não estão pagando nada. É o caso de Minas Gerais, que entrou com pedido para entrar no regime, mas não apresentou proposta. O Estado não paga a dívida com base na liminar do Supremo Tribunal Federal [STF]."

"A escadinha de pagamento foi criada para incentivar esses Estados a entrarem na novo acordo. Contudo, essa escadinha aumenta ainda mais o subsídio", diz Pires. A questão, diz ele, é que, para os Estados do RRF, mesmo com essa gradação, a adesão ao PL 121/24 pode não valer a pena, se compararmos o que eles pagam atualmente com o que eles pagariam em IPCA mais zero e com os 2% de transferência dc para o fundo de equalização.

Isso acontece porque os Estados do RRF não estão pagando a dívida dc acordo com o coeficiente de atualização monetária da regra geral. "Eles estão naquela regra de pagamento gradual em dez anos, para normalizar a situação."

Goiás, exemplifica. Pires, paga hoje RS 102,7 milhões. Se entrasse no IPCA mais zero do acordo proposto, pagaria R\$ 717,4 milhões. Com a regra da escadinha, porém, pode pagar R\$ 143,5 milhões no primeiro ano, mas também aportaria RS 337,8 milhões anuais no fundo de equalização.

"Então não é óbvio que para os Estados do RRF vale a pena entrar nesse acordo. Isso possivelmente deve ser debatido na Câmara. A proposta parece ser dúvida sobre o real incentivo para a adesão desses Estados do RRF." Pires calcula que sem adesão dos Estados do RRF, o novo subsídio do governo federal nos encargos cairia para RS 21,8 bilhões anuais. "Mas se os Estados do RRF não aderirem, para que serve a proposta? Será um baita benefício fiscal aos que já estão pagando. Quem tem capacidade de pagar as dívidas não precisa passar por nenhuma reestruturação."

O PLP 121/24 também trouxe condicionantes para o crescimento da despesa dos Estados que entrarem no acordo. A despesa cresce limitada ao IPCA caso não tenha havido crescimento da receita primária no ano anterior. Caso essa receita tenha crescido mas com resultado primário negativo ou nulo, a despesa poderá subir IPCA mais 50% do crescimento real da receita primária. Se a receita crescer e houver superávit primário, a despesa pode crescer IPCA mais 70% da variação real da receita.

Existem exclusões à regra. Saúde e educação, por exemplo, não entram na conta desse limite. Despesas

financiadas com transferências obrigatórias e as obrigações criadas pela própria renegociação também estão fora da conta.

Para Pires, a proposta traz uma tentativa de fortalecer o equilíbrio fiscal dos Estados, o que pode mudara tendência do "spend and tax", no qual se corre atrás de receitas, com aumento de carga tributária, para cobrir o aumento de despesas. "Mas vincular gasto à arrecadação aumenta a volatilidade do gasto público. Em tese, desvincular gasto de receita gera mais estabilidade da despesa."

Luiz Guilherme Schymura, diretor do FGV Ibre, considera que o impacto dessa vinculação pode não ser tão negativo. "Porque não é a vinculação às receitas de despesas de contas específicas, como da saúde e da educação. Quando é para o agregado [das despesas], é possível segurar salário", exemplifica. "Há margens de manobra."

Ponto importante e inovador, diz Pires, é o efeito redistributivo da nova renegociação, que beneficiaria os Estados muito pouco endividados e com participação alta no Fundo de Participação dos Estados (FPE). A distribuição dos recursos, diz Pires, será por critério misto, sendo 80% pelos percentuais do (FPE) e 20% pelo inverso da relação entre a dívida consolidada e a receita corrente líquida. O maior aporte ao fundo seria do Estado de São Paulo, com contribuição líquida de R\$ 5,37 bilhões anuais, calcula Pires, ainda considerando a adesão de todos os governos estaduais. "Se os Estados do RRF não entrarem no acordo, o que acontecerá, no final das contas, é uma grande redistribuição de São Paulo, com recursos da União, para os demais Estados", avalia Pires.

"Diferentemente dos projetos anteriores, nesse há uma reorganização do fluxo financeiro na relação entre União e Estados. Há um grande esquema de redistribuição da União para os Estados mais pobres e com menos endividamento", avalia Pires.

Um ponto "frágil" da proposta, diz Pires, é que a fiscalização do acordo fica a cargo do Tribunal de Contas dos Estados. "O histórico que temos com isso não é bom." O texto do PLP, aponta, permite entender que o Ministério da Fazenda vai receber os relatórios para dar publicidade. "Mas tem muito pouco poder de fazer algum tipo de gestão, caso haja algum descumprimento."

Com a redução dos encargos da dívida, destaca Samuel Pessôa, pesquisador do FGV Ibre, a conta fica toda com a União. "Para quem não está pagando a dívida, é melhor continuar não pagando do que entrar nessa negociação." O efetivo interesse de todos os

governos estaduais para a adesão ao acordo, avalia, depende do STF.

Para Pires, a entrada do STF nos últimos anos na discussão sobre dívidas entre Estados e União "fragilizou muito" a posição do governo federal para negociação. Qualquer acordo novo, defende, tem que pressupor algum tipo de validação do STF. "Sem isso, ficará muito difícil ter uma relação federativa mais longeva. É preciso que o STF acompanhe isso e, de certa forma, participe de alguma forma do acordo. O caso de Minas Gerais é muito emblemático. O STF deu a liminar pra Minas no começo de agosto. Dez dias depois Minas Gerais estava renovando vários benefícios fiscais. É óbvio que uma solução racional pra isso é eventualmente dar a liminar, mas com algum tipo de amarra para não incorrer nesse tipo de situação."

Bráulio Borges, economista da LCA Consultores e pesquisador do FGV Ibre, chama a atenção para o contexto de fragilidade da responsabilidade fiscal tanto no âmbito da União quanto no dos governos regionais. Reflexo disso, diz ele, é o projeto de lei em tramitação no Senado que flexibiliza a contabilização da despesas do pessoal. "Foi aprovado pela Câmara dos Deputados e ainda precisa ser discutido no Senado. Mas é uma tentativa de flexibilizar de novo a Lei de Responsabilidade Fiscal para permitir mais gastos nos governos regionais."

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187983?page=2§ion=1>

O que a proposta estabelece

Formas de correção previstas no PLP 121/2024

Hipóteses	IPCA + 0%	IPCA + 1%	IPCA + 2%
I	Antecipação de 20% das dívidas+1% para Fundo de Equalização Federativa+1% para investimentos específicos	Antecipação de 20% das dívidas+1% para Fundo de Equalização Federativa	NA
II	Antecipação de 10% das dívidas+1,5% para Fundo de Equalização Federativa+1% para investimentos específicos	Antecipação de 10% das dívidas+1,5% para Fundo de Equalização Federativa+0,5% para investimentos	Antecipação de 10% das dívidas+1% para Fundo de Equalização Federativa
III	Aplicarem 2% para Fundo de de Equalização Federativa +2% para investimentos específicos	Aplicarem 2% para Fundo de Equalização Federativa +1% para investimentos específicos	Aplicarem 2% para Fundo de de Equalização Federativa +0,5% para investimentos específicos

Estimativa de subsídio com todos os Estados

(Considerando adesão para IPCA + zero - R\$ milhões)

Estado	Encargos Atuais (CAM+4%)*	Novos Encargos (IPCA+0%)	Subsídio
AC	44,0	175	26,5
AL	895,6	356,7	538,9
AM	36,5	14,5	22,0
AP	53,8	21,4	32,4
BA	590,0	235,0	355,0
CE	125,6	50,0	75,6
DF	105,5	42,0	63,5
ES	171,1	68,1	102,9
GO	1.801,3	717,4	1.083,9
MA	119,3	47,5	71,8
MG	15.211,9	6.058,3	9.153,6
MS	746,2	297,2	449,0
MT	111,1	44,3	66,9
PA	121,7	48,4	73,2
PB	97,8	38,9	58,8
PE	407,6	162,3	245,3
PI	0,0	0,0	0,0
PR	1.270,1	505,8	764,2
RJ	16.724,6	6.660,7	10.063,8
RN	70,4	28,0	42,4
RO	292,1	116,3	175,8
RR	5,5	2,2	3,3
RS	9.906,0	3.945,2	5.960,9
SC	1160,0	462,0	698,0
SE	122,0	48,6	73,4
SP	29.612,7	11.793,5	17.819,1
TO	0,0	0,0	0,0
Total	79.802,4	31.782,1	48.020,3

Fonte: STN e PLP 121/2024, com elaboração do economista Marcelo Pires. *CAM=Coefficiente de Atualização Monetária. O cálculo do subsídio considera quanto os Estados deveriam estar pagando de acordo com as regras vigentes para o pagamento da dívida com a União. Goiás, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul não pagam o valor integral atualmente porque estão no Regime de Recuperação Fiscal. Minas Gerais tem uma Isenção concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

BCE reduz juros e indica que seguirá dependente de dados

Cristiana Euclides De São Paulo

Em decisão unânime e com a promessa de que as taxas de juros permanecerão restritivas "pelo tempo necessário", o Banco Central Europeu (BCE) deu prosseguimento ao ciclo de flexibilização monetária iniciado em junho e voltou a reduzir os juros ontem. O movimento era amplamente esperado pelos participantes do mercado, com um corte de 0,25 ponto percentual na taxa de depósito, que passou de 3,75% para 3,5% ao ano. A taxa de refinanciamento foi cortada em 0,6 ponto, de 4,25% para 3,65%, enquanto a de empréstimos passou de 4,5% para 3,9%.

A decisão do BCE vem na esteira de um progresso adicional na desinflação, apesar de alguma persistência dos núcleos em níveis mais altos, ao mesmo tempo em que o crescimento da zona do euro tem emitido sinais mais fracos. Não por acaso, a autoridade monetária reduziu a projeção para o **PIB** deste ano de 0,9% para 0,8% e cortou a estimativa de crescimento de 2025 de 1,4% para 1,3%.

"A direção [dos juros] é óbvia, de queda, e não é pré-determinada nem em sequência, nem em volume", afirmou a presidente do BCE, Christine Lagarde, durante entrevista coletiva concedida após a reunião, ao ser questionada se são esperadas novas reduções de 0,25 ponto na taxa de depósito em outubro e em dezembro. "Vamos continuar dependentes de dados e decidir reunião a reunião." Na visão de Lagarde, porém, ser dependente de dados não significa, necessariamente, olhar um número específico, mas sim o conjunto de informações recebidas. Ela, além disso, reiterou a confiança nas projeções do BCE, que apontam para uma **inflação** de 2%, exatamente na meta perseguida pela autarquia, até o fim do próximo ano. Apesar disso, a dirigente ressaltou que as projeções de **inflação** podem ser revisadas para cima caso os salários cresçam mais que o previsto, ao mesmo tempo em que alertou que as tensões geopolíticas podem elevar os preços de energia.

Vale notar que, embora o BCE tenha mantido inalterada as projeções de **inflação** a 2,5% neste ano e a 2,2% em 2025, a autoridade monetária passou a ver alguma pressão adicional nos núcleos inflacionários, que não contemplam itens voláteis, como os preços de energia e de alimentos. A autoridade monetária elevou a estimativa para o

núcleo de **inflação** deste ano de 2,8% para 2,9% e passou a previsão de 2,2% para 2,3% em 2025.

No mercado, porém, a persistência dos núcleos em níveis um pouco mais altos tem sido deixada em segundo plano em relação aos sinais de enfraquecimento da atividade econômica na zona do euro. As curvas de juros têm precificado, no momento, cerca de sete reduções de 0,25 ponto percentual na taxa de depósito pelo BCE.

Ontem, porém, diante da ausência de "guidance" (prescrição futura) de Lagarde, o mercado corrigiu a rota com alguma alta firme nas taxas de curto prazo. O rendimento do Bund alemão de dois anos, por exemplo, teve expressiva, ao passar de 2,153% para 2,232%.

Entre os participantes do mercado, porém, ainda persiste a avaliação de que o BCE pode acelerar o ritmo de redução dos juros em algum momento. "Parece ser apenas uma questão de tempo até que uma perspectiva de crescimento mais sombria se traduza em cortes de taxas mais agressivos. O pouso suave nos Estados Unidos e o impacto na zona do euro podem ser esse gatilho", afirma o chefe global de macroeconômica do ING, Carsten Brzeski.

O economista do banco holandês nota que o BCE já havia mudado em julho a avaliação de risco para sua perspectiva de crescimento para "inclinada para o lado negativo", e deve realizar cortes de juros mais agressivos a partir do ano que vem, ao se deparar com um processo de desaceleração da atividade.

O economista-chefe do Commerzbank, Jorg Kramer, avalia, em nota enviada a clientes, que o BCE deu a impressão de que não pretende cortar as taxas de juros novamente em outubro, e resalta que Lagarde minimizou, na coletiva, a importância de uma taxa de **inflação** abaixo de 2% em setembro.

"O núcleo da **inflação** persistentemente alto e o aumento acentuado dos salários sugerem que o BCE esperará até dezembro para cortar as taxas novamente, quando tiver as novas projeções de **inflação**", diz. "Continuamos esperando mais dois cortes no primeiro semestre do ano que vem, com a taxa de depósito provavelmente atingindo 2,75% em meados de 2025." Para os economistas do Wells

Fargo Nick Bannenbroek e Anna Stein, o BCE permaneceu cauteloso sobre o ritmo de afrouxamento. "Continuamos confortáveis com nossa visão de uma pausa na taxa do BCE em outubro, a ser seguida por um corte de 0,25 ponto na taxa de depósito em dezembro", dizem.

"Nossa opinião também é que o BCE continuará reduzindo sua taxa de juros de referência a um ritmo constante de 0,25 ponto por trimestre (ou seja, a cada duas reuniões) em 2025", levando a taxa de depósito a 2,25% no próximo ano.

O Citi, da mesma forma, considera baixa a probabilidade de novos cortes antes de dezembro e diz que o horizonte permanece, de forma incomum, curto. "Uma aceleração nos cortes de juros este ano segue improvável, mas cortes mais rápidos ou mais profundos são mais prováveis no próximo ano", diz o economista chefe para Europa do Citi, Arnaud Mares.

"Vamos continuar dependentes de dados e decidir [sobre novos cortes] reunião a reunião" Christine Lagarde

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187983>

Fitch vê "mini-ciclo" de aperto monetário com benefícios para BC

A dinâmica da **inflação** brasileira manteve-se bastante saudável no ano passado, mas, a partir do segundo trimestre deste ano, chegou a uma "encruzilhada". Assim, a agência de classificação de risco Fitch também passou a esperar um "mini-ciclo" de aperto monetário que, como deve ocorrer simultaneamente a cortes de juros nos EUA, pode trazer benefícios de credibilidade ao Banco Central.

"O desempenho da **inflação** nos últimos 12 meses foi bastante bom, com a queda nos preços de commodities, alívio nas cadeias globais de oferta, e o Banco Central subiu os juros de modo rápido, antes do Fed [o BC dos EUA]. Mas esse cenário começou a mudar no segundo trimestre deste ano e passamos a ver mais desafios no horizonte. Houve problemas relacionados às enchentes no Sul e às condições de mercado, que se deterioraram também com críticas do governo à atuação do BC", disse a chefe de ratings soberanos para Ásia e Américas da Fitch, Shelly Shetty, em evento realizado ontem em São Paulo.

Ela cita também o quadro fiscal e a atividade econômica em níveis robustos como responsáveis por tornar o processo de desinflação mais desafiador. "Mas, se olharmos em um cenário mais amplo, comparado com outras referências, em termos de **inflação**, o Brasil está no meio do caminho - não é a pior nem a melhor situação. Se você olhar para os juros reais e comparar com outros emergentes, é possível dizer que os juros reais são altos no país", diz.

Segundo ela, os desafios à frente fazem a Fitch esperar um mini-ciclo de altas de juros, com início já em setembro. "Com o Fed cortando juros, ao mesmo tempo em que o Brasil sobe, isso seria outro impulso para a credibilidade do Banco Central", aponta.

No mesmo evento, o economista-chefe do BTG Pactual, Mansueto Almeida, afirmou que, caso o governo demonstre um compromisso fiscal sólido junto aos agentes financeiros, o afrouxamento monetário poderia ocorrer ainda no primeiro semestre do ano que vem.

"As expectativas de **inflação** para os próximos anos se afastaram das metas e é difícil saber se este vai ser um ciclo de 1,5 ponto ou 2 pontos percentuais de alta da Selic. O que é claro é que devemos ter altas de

juros em setembro, novembro, dezembro e janeiro. Mas acredito que, se o governo mostrar que vai imprimir o fiscal, isso deve nos aproximar dos cortes de juros", diz.

Para ele, se o governo conseguisse demonstrar um real compromisso com as regras fiscais, um ambiente muito melhor seria criado no país. "Poderíamos ter queda de juros ainda no primeiro semestre do ano que vem. E isso não traria só uma queda no juro curto, que é o controlado pelo BC, mas também nos juros de longo prazo. A taxa das NTN-Bs começou o ano por volta dos 5,3% e hoje está acima dos 6%, o que impacta nos investimentos e no financiamento da dívida. O governo precisa ser muito mais claro do ponto de vista fiscal." Segundo Mansueto, as incertezas fiscais também contribuíram para um desempenho ruim da moeda brasileira, que pode ver alguma apreciação nesse ambiente de cortes de juros nos países desenvolvidos e altas de juros locais.

O economista chama a atenção para o fato de que, caso as projeções de **inflação** do mercado sejam confirmadas - cerca de 4,6% em 2025; 4% em 2025; e 3,6% em 2026 -, o governo Lula 3 encerraria o período de quatro anos com a menor **inflação** média desde a adoção do real. "A notícia ruim é que essas projeções mudam de forma bastante rápida. E isso pode piorar com as incertezas fiscais", afirma.

"Expectativas para os próximos anos se afastaram das metas e é difícil saber se este vai ser um ciclo de 1,5 ou 2 pontos" Mansueto Almeida

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187983>